



**Letícia Bandeira de Mello da Fonseca
Costa**

**Experiência de coabitação durante a
pandemia: repercussões na conjugalidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do
Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro,
Março de 2024



**Letícia Bandeira de Mello da Fonseca
Costa**

**Experiência de coabitação durante a
pandemia: repercussões na conjugalidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas-Magalhães

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Célia Regina Henriques

Pesquisador Autônomo

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa

Graduou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Com experiência de trabalho com psicologia clínica e psicologia jurídica.

Ficha Catalográfica

Costa, Letícia Bandeira de Mello da Fonseca

Experiência de coabitação durante a pandemia : repercussões na conjugalidade / Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2024.
65 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2024.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Coabitação. 3. Conjugalidade. 4. Conflito. 5. Pandemia. 6. Casamento. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À Terezinha Féres-Carneiro, minha orientadora, pelos ensinamentos ao longo dessa jornada e por despertar em mim o amor pela pesquisa científica.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À banca avaliadora pela disponibilidade e por gentilmente aceitar avaliar o meu trabalho.

Às professoras Andréa Seixas Magalhães e Rebeca Nonato Machado, grandes referências de professoras e pesquisadoras, que me ensinaram tanto durante os tempos de graduação e pós-graduação.

Ao LEFaC, por ter despertado em mim a vontade de pesquisar e me ensinado o valor da pesquisa científica.

Às minhas colegas de mestrado, Daniela Zibenberg e Daniela Seraphim, pela companhia e apoio constante nos momentos de alegria e dificuldade.

À minha família, pelo apoio constante e incentivo em correr atrás dos meus sonhos.

Ao Diogo, por estar sempre do meu lado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Costa, Letícia Bandeira de Mello da Fonseca; Féres-Carneiro, Terezinha. **Experiência de coabitação durante a pandemia: repercussões na conjugalidade.** Rio de Janeiro, 2024. 65p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo teve como objetivo compreender o impacto da coabitação na conjugalidade de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Para tal fim, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados sete participantes com idades entre 25 e 32 anos, todos naturais do Estado do Rio de Janeiro. Os dados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial. Os resultados foram apresentados em dois artigos. O primeiro teve como objetivo entender em que medida a vivência da coabitação na pandemia repercutiu na concepção de casamento de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Desse modo, no primeiro artigo foram discutidas as seguintes categorias de análise: *pandemia como motivo que levou à coabitação*; *percepção do compromisso e concepção de casamento*, desdobrada nas subcategorias *criação da renda familiar e compartilhamento do dia a dia*. O segundo artigo teve como objetivo estudar os conflitos e as estratégias de resolução de conflitos que emergiram no processo de coabitação de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Assim, no segundo artigo foram discutidas as categorias de análise *conflitos*, desdobrada nas subcategorias *diferenças entre os parceiros*, *tempo de convivência* e *sobrecarga das tarefas domésticas*; e *estratégias de resolução de conflitos*, desdobrada nas subcategorias *valorização das diferenças*, *divisão do espaço doméstico* e *novos combinados em relação às tarefas domésticas*. Os resultados mostraram que a coabitação durante a pandemia repercutiu na concepção de casamento, especialmente no que diz respeito à percepção dos entrevistados sobre os seus relacionamentos. Além do mais, observou-se que os conflitos conjugais vivenciados pelos entrevistados estavam relacionados à coabitação e à vivência da pandemia.

Palavras-chave

coabitação; conjugalidade; conflito; pandemia; casamento

Abstract

Costa, Letícia Bandeira de Mello da Fonseca; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Cohabitation experience during the pandemic: repercussions on conjugality.** Rio de Janeiro, 2024. 65p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aimed to understand the impact of cohabitation on the conjugal experience of individuals who chose to live together during the COVID-19 pandemic. To this end, a qualitative research was carried out, in which seven participants aged between 25 and 32 were interviewed, all from the State of Rio de Janeiro. The data was analyzed according to the content analysis method, in its categorical aspect. The results were presented in two papers. The first paper aimed to comprehend how the experience of living together with a romantic partner during the pandemic has influenced the conception of marriage. Therefore, the categories discussed in the first paper were: *pandemic as a motive for cohabitation*, *perception of commitment*, and *marriage conception*, broken down into the subcategories *creating family income* and *sharing everyday life*; *conflicts*, broken down into the subcategories *differences between partners*, *time spent together* and *overload of domestic tasks*. The second paper aimed to study the conflicts and the resolution strategies that emerged during the process of cohabitation of individuals who moved together with their significant other during the COVID-19 pandemic, thus the categories discussed were: *conflicts*, broken down into the subcategories *differences between partners*, *time spent together* and *overload of domestic tasks*, and conflict resolutions strategies, broken down into the subcategories *appreciation of personal differences*, *division of domestic space* and *new arrangements of household chores*. The results showed that cohabitation during the pandemic had an impact on the conception of marriage, especially regarding the interviewees' perception of their

relationships. Furthermore, it was observed that the conflicts experienced by the participants were related to cohabitation and the pandemic.

Key-words

cohabitation; conjugality; conflict; pandemic; marriage

Sumário

1. Introdução	10
2. Vivendo juntos em tempos de COVID-19: repercussões da coabitação na concepção de casamento	14
2.1. Método	18
2.2. Resultados e discussão	19
2.3. Considerações finais	28
3. Repercussões da pandemia de COVID-19 nos conflitos conjugais em casais coabitantes	30
3.1. Método	35
3.2. Resultados e discussão	36
3.3. Considerações finais	47
4. Conclusão	50
5. Referências bibliográficas	53
Anexo I	57
Anexo II	59
Anexo III	60

1. Introdução

A pandemia de COVID-19 emergiu em dezembro de 2019 e foi rapidamente considerada uma das maiores crises sanitárias já enfrentadas pela população mundial. A partir da alta capacidade de contaminação do vírus SARS-CoV-2, a sua transmissão tornou-se uma preocupação global, transcendendo todas as fronteiras geográficas e afetando todos os países do mundo. A alta letalidade da doença fez com que medidas de urgência fossem implementadas para buscar reduzir o número de óbitos, que no Brasil chegaram a 194.949 no ano de 2020 (Secretarias Estaduais de Saúde, 2020). Como resultado, observou-se uma paralisação de todas as esferas sociais, impactando diretamente nos sistemas de saúde, na economia, e nas relações sociais.

Ao longo desse período, foram observadas mudanças significativas nos modos de viver. Dentre elas, destaca-se o fenômeno do isolamento social, uma estratégia promovida pelos governos federal e estaduais para conter a propagação do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde. No Estado do Rio de Janeiro, muitas pessoas optaram por realizar isolamento social, especialmente aquelas que puderam desempenhar suas atividades profissionais remotamente. Como consequência, as relações interpessoais tornaram-se predominantemente limitadas ao círculo familiar ou entre os indivíduos que compartilhavam o mesmo espaço residencial. Essa nova dinâmica exigiu adaptações significativas dessas relações, tendo em vista a convivência prolongada e intensa no ambiente doméstico.

Diante dessas restrições, muitos casais foram confrontados com a escolha de buscar novas formas de vivenciar a relação conjugal. A conjugalidade é compreendida como um entrelaçamento entre os eus individuais de cada um dos parceiros, que irão constituir um terceiro elemento: o casal (Féres-Carneiro, 2021). Como pontuado por Weissmann (2021), essa terceira estrutura vincular inconsciente é introjetada a partir do fortalecimento do vínculo com a permanência no tempo.

A criação do vínculo conjugal faz com que o relacionamento amoroso seja uma das relações sociais mais estruturantes, pautada no oferecimento de suporte e de

estabilidade. Diante disso, compreende-se que o relacionamento conjugal oferece fantasias de pertencimento e organização, aspectos que assumiram uma importância ainda maior durante o enfrentamento da pandemia. Similarmente, Homem (2020) ressalta que a vivência da pandemia proporcionou um sentimento de desamparo e fragilidade, que impulsionou a decisão do fortalecimento do laço conjugal por meio da criação de novos acordos entre os cônjuges.

Considerando essa perspectiva, Homem (2020) destaca a decisão de partilhar a casa como uma das configurações adotadas por muitos casais durante a pandemia. Coabitar é definido como o ato de “habitar em comum, viver intimamente com alguém” (Aurélio, 2008, p. 240), e tem sido considerada uma opção atraente aos casais na contemporaneidade, seja ela compreendida como uma etapa anterior ao casamento ou como uma escolha alternativa para aqueles que não desejam formalizar a união conjugal. De forma semelhante, Duarte & Rocha-Coutinho (2011) ressaltam que a coabitação pode ser tanto um meio *test drive* anterior a um arranjo conjugal mais definitivo, como também o arranjo conjugal final em si mesmo.

A adaptação do casal para a dinâmica de coabitação pode ser considerada um desafio, ainda mais quando permeada pela complexidade relacionada ao contexto da pandemia (Kerbaui et al., 2020). Como ilustrado bem por Homem (2020), o casal na pandemia começou a se enxergar por meio de um raio X, onde não mais poderiam ser ignoradas as questões não ditas que permeiam as relações conjugais. Observou-se, assim, uma quebra na ilusão em relação ao parceiro, bem como a necessidade de reorganização das dinâmicas conjugais frente aos desafios relacionados à pandemia.

Portanto, ao entender que a conjugalidade é um fenômeno relacional suscetível à influência do contexto sócio-histórico nas interações sociais (Campos et al., 2017), pode-se perguntar em que medida as vivências decorrentes da pandemia repercutiram na dinâmica e na identidade conjugal. Assim, a investigação sobre este tema visa a promover uma melhor compreensão da conjugalidade na atualidade, principalmente após o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Como discutido por Neves, et al. (2003), existe um sofrimento específico de casais que vivenciam dilemas da atualidade, principalmente em relação às novas expectativas sociais impostas a eles, que vêm sendo apresentadas na clínica de casais não casados.

Além disso, observou-se que a maioria das pesquisas que buscaram compreender os impactos da pandemia nas relações conjugais são de caráter quantitativo (Ahuja & Khurana, 2021; Cucci et al., 2021; Techio et al., 2021; Balzarini et al., 2022). Constatou-se também que, apesar de muitas pesquisas mencionarem a coabitação no estudo da conjugalidade na pandemia, existe uma lacuna nas investigações que exploram profundamente esse fenômeno. Seja como um arranjo para vencer as limitações físicas relacionadas a “estar junto”, ou como um dos projetos conjugais futuros que foram adiantados. Compreende-se, assim, que o estudo sobre a coabitação é extremamente relevante, principalmente ao serem considerados os desafios decorrentes da pandemia.

Assim sendo, é de suma importância a realização de investigações que considerem a identificação e a composição dessas novas dinâmicas conjugais para o desenvolvimento de teorias e práticas clínicas mais contextualizadas e fundamentadas. Compreende-se que a pandemia de COVID-19 desencadeou transformações significativas na vida cotidiana, impactando diretamente as relações conjugais, principalmente a partir da mudança relacionada ao tempo de convivência.

Dessa forma, a justificativa para a escolha desse tema está relacionada à necessidade de estudos que possam investigar como as experiências de coabitação durante a pandemia têm influenciado a percepção dos indivíduos em relação à conjugalidade. A pesquisa buscará também contribuir para a construção de estratégias eficazes de enfrentamento dos desafios conjugais emergentes, assim como para a compreensão do conceito de casamento na atualidade, principalmente após a pandemia.

Portanto, o objetivo geral desta dissertação é compreender os impactos da coabitação na conjugalidade de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Os resultados da pesquisa serão apresentados em formato de dois artigos. O primeiro, intitulado ‘Vivendo juntos em tempos de COVID-19: repercussões da coabitação na concepção de casamento’, teve como objetivo entender em que medida a vivência da coabitação na pandemia repercutiu na concepção de casamento de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. O segundo artigo, intitulado ‘Repercussões da pandemia de COVID-19 nos conflitos

conjugais em casais coabitantes’ teve como objetivo estudar os conflitos e as estratégias de resolução de conflitos que emergiram no processo de coabitação de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19.

Cabe ressaltar que o trabalho foi financiado pelo CNPq, sendo um braço do projeto institucional do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, relacionado a um de seus objetivos específicos, nomeado como “conhecer, em profundidade, os impactos da pandemia na vida dos fluminenses”.

2. Vivendo juntos em tempos de COVID-19: repercussões da coabitação na concepção de casamento

Resumo

Este artigo, que é parte de um trabalho mais amplo sobre coabitação de casais durante a pandemia, tem como objetivo entender em que medida a vivência da coabitação na pandemia repercutiu na concepção de casamento de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Para tal fim, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados sete participantes com idades entre 25 e 32 anos, todos naturais do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial. Das falas dos participantes, emergiram várias categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste artigo, foram discutidas as categorias *pandemia como motivo que levou à coabitação*, *percepção do compromisso*, e *concepção de casamento*. Os resultados apontaram que a vivência da pandemia repercutiu na decisão de coabitar com o parceiro, aumentando a sensação de compromisso e estabilidade. A criação de uma renda compartilhada e o compartilhamento do dia a dia foram apontados como fatores relacionados à concepção da relação amorosa como sendo um casamento. Portanto, a coabitação durante a pandemia repercutiu na na concepção de casamento, principalmente em relação à percepção dos entrevistados a respeito do relacionamento amoroso.

Palavras-chave: pandemia; conjugalidade; coabitação; casamento.

Abstract

This article, which is part of a broader study on the repercussions of couples cohabitation during the COVID-19 pandemic, aims to comprehend how the experience of living together with a romantic partner during the pandemic has influenced the conception of marriage. For this purpose, a qualitative research was conducted with seven participants, all of which lived in the state of Rio de Janeiro, with ages between 25 and 32. The participants were interviewed and the results were analyzed according to the method of categorial content, where various categories of analysis emerged from the participants' statements. Considering the objective of this study, the categories discussed were *pandemic as a motive for cohabitation*, *perception of commitment*, and *marriage conception*. The results show that the pandemic influenced the decision to cohabit with the romantic partner, enhancing the sense of

commitment and stability. The establishment of a shared income and day-to-day conviviality were aspects which influenced the perception of the relationship as being a marriage. Therefore, cohabitation during the pandemic significantly affected the conception of marriage of couples who lived together, promoting a change regarding the perception of the romantic relationship.

Keywords: pandemic; conjugality; cohabitation; marriage.

Durante muito tempo, casamento era entendido como uma instituição que representava o relacionamento conjugal como também a regulamentação dos papéis de gênero na sociedade. Inicialmente compreendido como um negócio a ser realizado entre duas famílias em troca de bens materiais, poder e status, o casamento era concebido como um contrato religioso de grande valor social (Del Priori, 2021). Com o decorrer dos anos e a influência do crescente movimento feminista, o conceito de casamento e o papel das mulheres nessa relação passou por diversas transformações (Singly, 2007). Não mais caracterizado somente por sua função na família, a mulher contemporânea não depende mais do casamento para se inserir na sociedade e obter recursos financeiros para sua existência.

Contudo, mesmo com as mudanças histórico-sociais, Menezes & Lopes (2007) pontuam que o desejo de casar se mantém presente na atualidade. Para as autoras, o casamento pode estar relacionado com o desejo de aumentar o comprometimento e a estabilidade da relação, obter o reconhecimento social em relação ao relacionamento, suprir um desejo ou pressão familiar, como também obter benefícios sociais relacionados à formalização da união.

Por outro lado, entende-se que casais não precisam estar necessariamente casados para terem um relacionamento de longa duração (Brown et al., 2022). Assim, outras formas de se relacionar para além do casamento tradicional tem se tornado cada vez mais presentes na atualidade. Tendo em vista que valores como autonomia, independência e individualidade têm ganhado maior reconhecimento e valorização dentro da relação conjugal, novas organizações conjugais têm sido exploradas a partir desses ideais (Falke & Zordan, 2010).

Um exemplo desses arranjos conjugais pode ser observado em pesquisa realizada por Duarte & Rocha-Coutinho (2011), onde as autoras investigam casais

que optaram pela coabitação sem planejar futuramente a oficialização do relacionamento por meio do casamento. As pesquisadoras utilizam a nomenclatura "namorido", formado popularmente pela junção das palavras namorado e marido, para descrever essa organização conjugal. A pesquisa apontou que a adoção dessas novas formas de organização conjugal ilustram um cenário social marcado pela busca da satisfação pessoal de forma instantânea nos relacionamentos. Ainda, observou-se a partir dos resultados que a falta de oficialização do relacionamento não afeta o compromisso entre os parceiros, promovendo inclusive uma maior facilidade em relação às burocracias sociais relacionadas a um possível rompimento da relação amorosa.

A valorização da satisfação pessoal dentro de um relacionamento amoroso foi pontuada por Giddens (1993), quando o autor escreve sobre a mudança de paradigma em relação ao amor romântico para o amor confluyente. O amor confluyente, pautado na valorização da intimidade e na satisfação individual, surge na modernidade rompendo com o ideal “eterno” do amor romântico. Descrito como “relacionamento puro” por Giddens (1993), entende-se que cada vez mais a manutenção da relação começou a se dar pelo desejo e satisfação de ambos os indivíduos na própria relação, a partir dessa nova forma de se relacionar, pautada em uma maior valorização da individualidade.

Por outro lado, ao comparar a satisfação conjugal em casais casados e que mantinham outras organizações conjugais, Brown et al. (2022) apontaram que a falta de normas sociais e expectativas em relação a essas dinâmicas podem resultar em uma menor satisfação conjugal. Um exemplo disso está relacionado à organização econômica dentro do relacionamento, onde se observou que casais coabitantes têm uma tendência em individualizar mais as suas finanças em comparação com casais casados (Vitali & Fraboni, 2022). Portanto, para os autores, existe um desafio em casais não casados relacionado à criação de determinados combinados ou regras dentro da relação que de alguma forma já se encontram mais claras para os casais que optam pelo casamento.

A conjugalidade foi descrita por Lemaire (1988), citado por Féres-Carneiro (2021), como sendo o encontro entre dois indivíduos, mais especificamente um

encontro das zonas mal definidas do eu de cada parceiro. Deste modo, a relação conjugal é entendida como sendo um entrelaçamento dos elementos individuais e inconscientes de cada cônjuge - sentimentos, fantasias, expectativas, ideais, representações - que se entrelaçam, formando um vínculo único e intenso, pautado em estabilidade e continuidade (Magalhães, 2003).

Nesse contexto, a vivência da conjugalidade implica uma capacidade de realizar um entrelaçamento com o parceiro e ao mesmo tempo saber diferenciar-se, para que a individualidade também possa ser preservada no relacionamento. Como ressalta Féres-Carneiro (2021), a vida psíquica deve permitir ao mesmo tempo a capacidade de viver a fusão e poder diferenciar-se do outro. Portanto, esse movimento constante entre fusão-diferenciação possibilita a construção do mundo compartilhado do casal, sem ser sentida pelos sujeitos como uma ameaça ao eu (Lima, 2022).

Para Puget (1993), existem parâmetros que definem toda relação conjugal estável e de longa duração. Esses parâmetros seriam, portanto, fatores essenciais que devem encontrar-se presente nas relações conjugais para que estas possam ser compreendidas e definidas como tal, sendo eles: a *cotidianidade*, a existência de um *projeto de vida compartilhado*, as *relações sexuais* e a *tendência monogâmica*. Segunda a autora, essa relação conjugal estaria pautada na ideia de matrimônio, inclusive sendo nomeado por ela como “casal matrimonial”.

Para além das mudanças históricas e sociais que influenciaram e continuam a influenciar a conjugalidade, destaca-se o atravessamento dos diversos conflitos e estressores que também podem repercutir nas expectativas e nos valores presentes nos relacionamentos amorosos. Ressalta-se a vivência da pandemia de COVID-19 como sendo um dos estressores sociais mais significativos dos últimos anos devido ao número de mortes causadas pelo vírus, bem como pela mudança radical na forma de viver das pessoas na maioria dos países do mundo.

Uma das mudanças na conjugalidade observadas em pesquisas realizadas durante o período da pandemia foi o aumento da valorização do relacionamento amoroso. Em uma pesquisa feita com adultos italianos, por exemplo, os resultados apontaram que 79,5% dos participantes entendiam o seu relacionamento amoroso como muito importante durante a experiência de isolamento social (Cucci et al.,

2021). Além do mais, evidenciou-se neste estudo que muitos participantes demonstraram desejo de coabitar com o parceiro com o objetivo de compartilhar experiências do cotidiano.

Maria Homem (2020), ao discorrer sobre os casais formados na pandemia, escreve que o isolamento social se tornou um momento decisivo para que casais recém-formados, ou que estavam se formando, decidissem o tipo de relacionamento que queriam ter durante esse período. Para a autora, a pandemia trouxe consigo um determinado imediatismo em agarrar as possibilidades sem que as decisões tivessem uma carga simbólica correspondente aos tempos normais. Diferente do tempo cronológico, *Chronos*, a pandemia criou o seu próprio tempo, regido pelos desejos individuais e a necessidade de amparo frente ao sofrimento. Assim, a autora concluiu que muitos casais realizaram pactos de união frente à existência de pensamentos ameaçadores, no sentido de que criar uma união para o atravessamento desse momento tão desafiador.

Considerando o impacto da pandemia na sociedade, decidiu-se investigar o atravessamento desse contexto na vivência da conjugalidade e a percepção do relacionamento amoroso de sujeitos que decidiram coabitar com seus parceiros durante esse período. Portanto, esse trabalho, que é parte de uma pesquisa mais ampla sobre coabitação, teve como objetivo entender em que medida a vivência da coabitação na pandemia repercutiu na concepção de casamento de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19.

Método

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

Participantes

Foram entrevistados sete sujeitos independentes, ou seja, que não têm relacionamentos amorosos entre si, sendo três homens e quatro mulheres. Todos os participantes estavam em um relacionamento estável de mais de um ano de duração,

sem serem casados em instâncias religiosas e jurídicas e sem filhos. Além disso, os participantes tinham idade entre 25 e 32 anos e todos eram naturais do Estado do Rio de Janeiro (fluminenses). Ainda, todos viveram em coabitação a partir do período da pandemia de COVID-19 por pelo menos um ano. Para apresentação dos resultados, eles foram nomeados de P1 a P7.

Instrumentos

Cada participante respondeu uma Ficha Sociodemográfica com perguntas para obter informações pessoais (idade, gênero, escolaridade, ocupação) e do relacionamento amoroso (tempo de relacionamento, tempo de coabitação, tipo de relacionamento). Em seguida, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado, que contemplava eixos temáticos relacionados ao tema investigado. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, posteriormente, na íntegra.

Procedimentos

A coleta de dados ocorreu por meio de convite nas redes sociais. As entrevistas foram realizadas individualmente, através da plataforma Zoom, em data e horário combinados com cada participante. As entrevistas tiveram em média 40 minutos de duração e foram gravadas em áudio pela entrevistadora. Todas as informações coletadas têm caráter confidencial, mantendo-se em sigilo a identidade do participante.

Procedimentos éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 26-2023), bem como pela Plataforma Brasil (parecer número 6.149.580). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a utilização dos dados na presente pesquisa.

Resultados e discussão

As entrevistas foram transcritas e avaliadas por meio do método de análise de conteúdo na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Da análise de conteúdo emergiram várias categorias. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, serão apresentadas e discutidas as seguintes categorias: *pandemia como motivo que levou à coabitação; percepção do compromisso; concepção de casamento*, desdobrada nas subcategorias *criação da renda familiar e compartilhamento do dia a dia*.

Pandemia como motivo que levou à coabitação

Todos os participantes afirmaram que a pandemia influenciou diretamente na decisão de coabitar com o parceiro, como pode ser ilustrado por algumas falas.

“Eu acho que... é bem assim, eu sou meio doida (risos). Eu teria pedido para ela morar comigo mesmo que se não fosse a pandemia, mas eu acho que como isso foi forçado pra gente desde muito cedo porque eu realmente tinha essa grande preocupação com os meus pais, foi uma coisa muito natural e eu acho que foi um caminho natural da pandemia. Então assim, pra mim eu acho que teve total influência. Não fosse a pandemia eu acho que eu ia pedir pra ela morar junto comigo mas ela ia falar não, que eu era doida e a gente ia esperar mais um tempinho até isso acontecer. Eu acho que realmente a pandemia reforçou esse momento e a urgência, talvez uma urgência fabricada por mim? Talvez. Mas a urgência disso” (P4).

“Ah o pessoal achou que eu estava ficando maluco só que eu já morava sozinho então assim não teve muita... não tinha muito o que eles fazerem. Segundo a J. os pais dela ficaram meio tipo, cê tá maluca? Você mal conhece ele. A gente nem conhece ele, eu só conheci a família dela depois a gente já tava morando junto. Mas foi uma reação muito, tipo, achavam que estava ficando maluco, não concordavam, falavam pô cê tá ficando doido vai morar junto com a menina e nem conhece ela direito ou então você é muito novo. Só que eu falava pô é exatamente porque eu sou novo, que eu vou fazer o que eu quero (risada) se der ruim eu tenho casa, eu volto pra casa”. (P7)

No discurso dos entrevistados, observa-se que existe um senso de “urgência”, proporcionado pelo contexto da pandemia, que influenciou na decisão de coabitação com os parceiros. Portanto, a coabitação não é considerada pelos entrevistados como uma etapa anterior ao casamento, e sim como um movimento autônomo dentro do relacionamento conjugal, ainda relacionado ao namoro. Esse resultado corrobora o que foi discutido por Duarte & Rocha-Coutinho (2011) acerca da ideia de coabitação como um movimento que pode ocorrer independentemente da ideia de casamento.

Contudo, destaca-se que a decisão de coabitar com o parceiro ocorreu para os entrevistados no início do relacionamento amoroso. Isso pode ser explicado por Homem (2020), quando ressalta o atravessamento da pandemia em relação à vivência de um tempo de outra ordem, que ao invés de ser regido de forma cronológica, foi ditado pelos desejos individuais de cada sujeito. Desta forma, a pandemia possibilitou que decisões que levassem mais tempo, como por exemplo a coabitação por casais recém-formados, fossem mais aceitas pelos mesmos e sentidas como uma possibilidade frente ao contexto vivenciado.

Para P4, compreende-se que a escolha de coabitar com a parceira ocorreu também a partir da necessidade de cuidado frente aos pais por reduzir a exposição deles ao vírus, bem como buscar apoio e suporte de sua parceira neste momento. Portanto, observa-se uma valorização da união com o parceiro frente a um contexto de riscos e ameaças causados pela disseminação do coronavírus (Homem, 2020). Ademais, para além da pandemia, destaca-se que a expectativa relacionada à conjugalidade como um lugar de amparo é um dos pilares do relacionamento amoroso na contemporaneidade, pautado pela valorização do senso de segurança e apoio emocional (Giddens, 1993).

Deste modo, nota-se que a experiência do isolamento social repercutiu diretamente na valorização do sentimento de apoio do parceiro e na decisão de coabitar, similarmente ao que foi encontrado em pesquisa realizada por Cucci et al. (2021). Portanto, observa-se que a coabitação com o parceiro pode ter sido uma forma de ampliar o senso de suporte no relacionamento, principalmente levando em consideração os desafios diários relacionados à vivência da pandemia.

Percepção do compromisso

Considerando a decisão de coabitação e o aumento de tempo de convivência, observou-se que a vivência da pandemia repercutiu na forma com que os participantes percebiam o seu relacionamento. Foi possível observar que a percepção do relacionamento antes da pandemia era entendida pelos entrevistados como sendo mais casual, sendo a coabitação um fator que influenciou em um aumento do sentimento de compromisso na relação.

“Então, isso acelerou um pouco a relação. Quando começou a pandemia a gente tinha uns seis meses de relação, acho que nem isso, uns cinco meses quando começou. A gente começou a namorar em outubro de 2019 e em março de 2020 estourou, então a gente tinha seis meses por aí, tava recente. Eu lembro que assim, o relacionamento antes da pandemia era um, era mais casual. A gente se encontrava final de semana só. Aí com a pandemia ou a gente fica separado ou a gente fica junto”. (P1)

“Acho que até essa parte da pandemia influencia um pouco né? Porque você acaba convivendo com a pessoa muito, os dois já moravam sozinho eu tinha o meu apartamento ele tinha um dele, então a gente acaba dando essa liberdade de ficar um na casa do outro pra fazer companhia com outro durante a pandemia. E aí a gente só foi falar oficialmente em namoro muito tempo depois já meio que morando junto”. (P6)

“Volta e meia tem as brincadeiras de “já tá casado”... mas ninguém chama a gente de casado. Todo mundo fala namorado mesmo, mesmo sabendo que a gente mora junto há alguns anos. A gente repara que as pessoas mais velhas me apresentavam como noivo da C., como “namorado” mas pros mais velhos. Para nossa idade já é “namorado que mora junto”. Inclusive “namorado que mora junto” já virou até um rótulo, igual casado”. (P3)

Notou-se, a partir do discurso dos entrevistados, que a convivência diária e as preocupações do cotidiano repercutiram na dinâmica do relacionamento, não sendo

mais entendido pelos entrevistados como um “namoro”. Na fala de P1, por exemplo, pode-se observar que a coabitação e a convivência repercutiram na construção de um vínculo conjugal de maior estabilidade, pautado em trocas diárias. Essa mudança pode ser compreendida a partir da ideia de que a coabitação proporcionou uma maior ligação no casal, possibilitando uma construção mais rica da identidade conjugal (Féres-Carneiro, 2021).

Portanto, quando P1 diferencia o seu relacionamento antes e depois da pandemia, pode-se compreender que a coabitação e a convivência podem ter criado um terreno fértil para um maior entrelaçamento das individualidades, repercutindo em um vínculo conjugal agora percebido de outra forma pela entrevistada. Essa questão também pode ser observada no discurso de P6, quando a entrevistada destaca o aumento de tempo de convivência com a mudança de percepção acerca do status do relacionamento. Compreende-se que o compartilhamento da rotina e da intimidade do dia a dia podem resultar em uma maior sensação de pertencimento e proximidade, que são aspectos necessários para a construção e manutenção da conjugalidade (Puget, 1993).

Por fim, pela fala de P3, é possível observar que existe também uma percepção social em relação à configuração conjugal em que ele e a sua parceira se encontram. Segundo o entrevistado, pessoas de diferentes gerações chamam o casal de diferentes formas, sendo eles “namorados” para alguns, “casados” para outros e “namorados que moram juntos” para outros. Observa-se que não existe do ponto de vista do entrevistado uma preocupação em relação ao rótulo da sua relação conjugal. Isso também pode ser observado na fala de P6, pois a convivência com o parceiro foi algo que modificou a sua percepção do relacionamento, mas que não foi rotulado como namoro em um primeiro momento.

De forma similar ao que é proposto por Brown et al. (2022), o casamento não é mais unicamente o sinônimo de compromisso ou de estabilidade, sendo o namoro, e inclusive o “namorados que moram juntos” (P3) definições de relacionamentos amorosos que também começam a carregar esse status. O entrevistado ainda cita em sua fala o termo estudado por Duarte & Rocha-Coutinho (2011), “namorido”,

utilizado como uma organização conjugal que se encontra no meio-termo entre o namoro e o casamento.

Portanto, apesar de todos reconhecerem as mudanças acerca do comprometimento no relacionamento, percebe-se nos entrevistados que não existe uma preocupação significativa relacionada à nomeação da sua dinâmica conjugal. Isso pode ser explicado pela valorização da satisfação individual em detrimento da burocratização da relação, como visto em Giddens (1993) e Duarte & Rocha-Coutinho (2011).

Concepção de casamento

Apesar dos participantes terem indicado uma mudança na percepção do relacionamento antes e depois da pandemia, dos sete entrevistados nesta pesquisa, apenas três afirmaram que se sentiam casados com os seus cônjuges. Assim, foi perguntado aos entrevistados o motivo de eles se sentirem casados, mesmo sem a realização de um casamento religioso ou civil. A partir das falas obtidas, a categoria *concepção de casamento* foi desdobrada em duas subcategorias: *criação de uma renda familiar* e *compartilhamento do dia a dia*.

Criação da renda familiar

Nesta subcategoria categoria foi possível observar pela fala de alguns participantes que a percepção acerca do próprio relacionamento, ou seja, se eles se sentem ou não casados com os seus parceiros, estava relacionada à organização financeira do casal.

“Mas assim, eu não acho que a gente tá casado ainda, apesar de ser bem próximo a isso (risadas). Porque assim, a gente fala em casar um dia ou ele me pedir em casamento, ou até de eu pedir ele em casamento, então a gente não se sente casado, porém no dia a dia eu não sei o que mudaria de forma prática. Tipo, a gente tem uma gata juntos, a gente tem um carro juntos, já tem bens compartilhados, o que é mais complexo do que um namoro. Terminar e separar não seria tão fácil. Mas ainda não acho que é casamento. Quando eu penso sobre o que é casamento e a gente escolher dar esse passo, pra mim seria mais

juntar finanças completamente, tipo hoje a gente divide tudo 50/50, tem os meus bens e os bens dele. E aí eu imagino que casado você se compromete a estar criando uma família e a renda dos dois vira a renda da família. Acho que isso mudaria na minha cabeça. Pra ele eu acho que não faria tanta diferença, mas pra mim é mais nesse sentido”. (P1)

“Pra ser bem sincero a gente até fala de filhos, por exemplo. Então eu entendo como se fosse um casamento, literalmente como se fosse um casamento (...) Por exemplo, coisas mais íntimas tipo conta bancária, tudo isso já é nosso. É tipo, pra nossa casa, nossa conta bancária, os nossos gastos, a gente tem um planejador financeiro do mês que é nosso, nosso mercado. A gente não tem essa de que você paga o seu eu pago o meu, tendeu? É nosso. Nossa receita vai para uma conta só. O meu salário e o salário dela fica junto, a gente gasta junto. É um só, é vida de casado literalmente”. (P3)

Notou-se que P1 não percebe o seu relacionamento amoroso como um casamento, pois a vivência de uma relação de matrimônio seria a partir de uma junção maior da renda entre ela e o parceiro. Já para P3, o entrevistado define o seu relacionamento conjugal como um casamento exatamente a partir da construção de uma renda compartilhada com a parceira.

Portanto, com base nos discursos dos entrevistados, percebe-se que a percepção do relacionamento conjugal como um casamento estaria relacionada a uma reorganização financeira pelo casal, de modo que fosse construída uma “renda familiar”. Essa ideia remete a uma concepção tradicional, onde o casamento era compreendido como um contrato financeiro entre famílias, que tinham como objetivo fundir os bens e garantir a segurança de suas terras e posses (Del Priore, 2021). Por outro lado, as falas dos participantes indicaram que o conceito de renda familiar compõe a junção das rendas de ambos os cônjuges, não estando atreladas à questão de gênero como era encontrado nas dinâmicas familiares tradicionais (Del Priori, 2020; Singly, 2007). Isso pode ser observado quando P3 declara “*o meu salário e o salário dela fica junto, a gente gasta junto*”.

Além do mais, na fala de P1 a entrevistada declara que o aspecto financeiro é algo que se encontra muito individualizado no relacionamento do seu ponto de vista.

Essa questão corrobora o que foi afirmado anteriormente por Vitali & Fraboni (2022) em relação à tendência de uma maior individualização da organização financeira em casais coabitantes não casados. De forma similar ao que foi discutido pelos autores, o sentimento de P1 pode estar relacionado a uma falta de normas e expectativas relacionadas à coabitação quando comparadas à organização conjugal dentro de um casamento.

Além do mais, ao considerar a relação dialética entre individualidade e conjugalidade em um relacionamento amoroso (Féres-Carneiro, 2021), compreende-se que pode existir para P1 um maior investimento na individualidade em detrimento da conjugalidade na relação conjugal atualmente. Ressalta-se que, na perspectiva dos entrevistados, deve existir um maior entrelaçamento dessas individualidades em um casamento, inclusive do ponto de vista financeiro, formando assim uma renda familiar compartilhada.

Compartilhamento do dia a dia

Nesta categoria, os participantes apontaram que o motivo que os levou a se sentirem casados com o parceiro ou a parceira estava relacionado ao fato de estarem compartilhando as experiências do dia a dia.

“Casamento pra mim é isso. Compartilhar de uma forma orgânica e bem resolvida a vida. Tipo, não precisa de um anel ou uma festa pra dizer que eu estou casado. Eu to casado porque eu vivo isso. Vivo diariamente isso. Tipo, tanto o esforço do cotidiano quanto obviamente as alegrias e todas as partes boas que é a esmagadora parte do convívio. Não é aquela coisa fantasiosa, mas é isso, o dia a dia, é literalmente a vida a dois. Pra mim eu considero isso. Pra mim eu sempre falei que a gente tava casando. Ela brinca até: cadê o anel (risada) mas é brincadeira, ela sabe que é. Ela também enxerga dessa forma, eu acho que sim. Tem o casamento fantasioso, o casamento idealizado de filme e tem o casamento da realidade que é esse convívio. Dar esse passo de morar junto é mais uma consumação de que você ajoelhar e assinar um papel. Isso é o consentimento máximo que você pode dar de que você quer ficar com aquela pessoa, quer viver a vida junto, quer chegar do trabalho cansado, estressado e estar com aquela pessoa ali, e ela também saber que você vai chegar do

trabalho cansado e estressado e vai ter que te aturar, e aí vocês vão dar um jeito de botar um sorriso na cara, dormir junto, e no dia seguinte tem mais”. (P2)

“Acho que o casamento em si é mais a burocracia. O dia a dia cara é uma parceria. Eu não sei o que que eu vejo de um casamento no dia a dia, se é o que eu tenho, se não é o que eu tenho, porque a gente vê muita frustração de forma geral nas histórias que a gente escuta sempre de casou, separou, frustrou, brigou. São raras as histórias que falam que na verdade eu acho que o povo gosta da fofoca, então tudo que é desgraça querem saber né? Então assim o que a gente escuta é sempre um lado meio ruim das coisas então eu vejo mais assim acho que a ausência de burocracia acaba auxiliando na leveza das coisas do dia a dia, de saber que olha só, a gente está junto aqui porque a gente quer estar junto. O dia que a gente não quiser mais, que não fizer sentido pra um dos dois, a gente senta e conversa e está tudo bem, mas cada um seguir pro seu lado respeitando a história que a gente teve, entendeu?”. (P6)

Em ambas as falas é possível observar que o casamento é considerado como uma dinâmica pautada em uma interação cotidiana, atravessada pelo compromisso. Essa concepção vai ao encontro do que foi proposto por Puget (1993), ao escrever sobre o parâmetro da cotidianidade, que representa o fator temporal e espacial da conjugalidade nas trocas diárias entre os membros do casal. Portanto, a existência de uma rotina, na qual o casal compartilha espaços, hábitos e interações cotidianas, possibilita uma simbolização da estabilidade e previsibilidade do vínculo conjugal.

Além do mais, como mencionado anteriormente, entende-se que a construção do casal se daria a partir do encontro entre os dois sujeitos (Féres-Carneiro, 2021). A partir desse conceito, compreende-se que o encontro diário com a parceira, destacado também na fala de P2, é um elemento fundamental para a criação da conjugalidade ao proporcionar um maior entrelaçamento nas trocas diárias. Assim, observa-se que as experiências do dia a dia que resultaram da coabitação podem criar nos sujeitos um maior investimento pulsional no parceiro, fazendo com que a percepção do relacionamento, principalmente em face do compromisso, fosse alterada.

Ademais, como pontuado por Menezes & Lopes (2007), o casamento encontra-se atrelado a ideias de uma relação estável. Entende-se que para P2, o

compartilhamento do cotidiano na coabitação com a sua parceira lhe proporcionou um sentimento de comprometimento na relação, que pode ser compreendido como uma das expectativas e características atreladas ao casamento. Deste modo, P2 relata se sentir casado no momento em que experimenta esse sentimento a partir de uma percepção de estabilidade, segurança e continuidade proporcionada pelo seu relacionamento.

De forma similar, no discurso de P6 destaca-se a escolha individual relacionada à manutenção da relação conjugal. Ou seja, para a entrevistada, existe uma escolha ativa de compartilhar o dia a dia e estar presente na relação: *“a gente está junto aqui porque a gente quer estar junto”* (P6). Observa-se, assim, uma valorização da satisfação individual dentro do relacionamento como justificativa da sua manutenção e continuidade (Falke & Zordan, 2010; Giddens, 1993). Deste modo, P6 ressalta que a escolha de estar no relacionamento amoroso e de coabitar com o parceiro é diária. Assim, a falta de burocracia, relacionada à ausência da cerimônia de casamento tradicional, é compreendida como positiva por P6, tendo em vista promover uma maior facilidade e leveza no relacionamento, similar ao encontrado por Duarte & Rocha-Coutinho (2011).

Considerações finais

O presente trabalho buscou entender em que medida a vivência da coabitação na pandemia repercutiu na concepção de casamento de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Os resultados da pesquisa demonstraram que o contexto da pandemia influenciou na decisão de coabitação por proporcionar um senso de urgência nos participantes em relação à vivência da conjugalidade. A partir da convivência diária e da vivência do contexto da pandemia, observou-se que os participantes descreveram mudanças a respeito do seu relacionamento, que começou a ser percebido como uma relação de maior compromisso e estabilidade.

Entretanto, por mais que o período de coabitação tenha alterado a percepção sobre o próprio relacionamento, a maioria dos entrevistados afirmou não se sentir casado com o seu parceiro ou parceira. Destacou-se, no relato dos entrevistados que

se percebiam como casados, a presença de um maior entrelaçamento em relação à conjugalidade. Tanto na rotina diária compartilhada como na organização financeira foi observada uma maior individualização das dinâmicas nos casais que ainda não se descreveram como casados.

Além disso, quando questionados sobre como percebiam os seus relacionamentos, todos os entrevistados apresentaram uma determinada dificuldade em relação à nomeação do seu arranjo conjugal. Notou-se que não existia para os participantes uma definição única ou imediata da relação amorosa, havendo pouca preocupação em relação a rótulos ou nomeações do que vivenciaram e vivenciam com seus parceiros. Além do mais, alguns dos entrevistados ressaltaram que não se sentiam casados ainda porque tinham o objetivo de casar futuramente, o que corrobora a ideia de que muitos casais ainda optam pela formalização da união conjugal.

Os resultados encontrados nesta pesquisa apresentam limitações relacionadas às variações no tempo de relacionamento e de coabitação dos entrevistados. Alguns entrevistados relataram experiências de namoro anteriores à coabitação e à ocorrência da pandemia, realizando uma comparação entre os relacionamentos antes e durante esse contexto. Por outro lado, alguns entrevistados iniciaram o relacionamento amoroso durante a pandemia, o que resultou em uma vivência simultânea entre o início do namoro e a coabitação. Deste modo, destaca-se a importância da realização de análises mais abrangentes em estudos futuros que possam levar em consideração essas particularidades.

Os resultados deste estudo oferecem contribuições significativas para a compreensão da concepção de casamento na atualidade que vem sendo cada vez mais vivenciada de forma independente das cerimônias tradicionais. Além do mais, a investigação dessa temática traz subsídios importantes para prática de psicoterapia com casais, possibilitando o desenvolvimento de ferramentas e intervenções mais adaptadas à realidade de casais na contemporaneidade.

3. Repercussões da pandemia de COVID-19 nos conflitos conjugais em casais coabitantes

Resumo

Este artigo, que é parte de um trabalho mais amplo sobre coabitação de casais durante a pandemia, tem como objetivo estudar os conflitos e as estratégias de resolução de conflitos que emergiram no processo de coabitação de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Para tal fim, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados sete participantes com idades entre 25 e 32 anos, todos naturais do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados foram analisados pelo método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial. Das falas dos participantes emergiram várias categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, serão apresentadas e discutidas as categorias *conflitos*, desdobrada nas subcategorias *diferenças entre os parceiros*, *tempo de convivência* e *sobrecarga das tarefas domésticas*, e *estratégias de resolução de conflitos*, desdobrada nas subcategorias *valorização das diferenças*, *divisão do espaço doméstico* e *novos combinados em relação às tarefas domésticas*. Os resultados apontaram que os conflitos conjugais estavam relacionados à adaptação do casal à coabitação e aos desafios relacionados à vivência da pandemia. Assim, as estratégias adotadas desempenharam um papel significativo na manutenção da relação conjugal durante a vivência desse contexto.

Palavras-chave: pandemia; COVID-19; conjugalidade; coabitação; conflitos conjugais.

Abstract

This article, which is part of a broader study on the repercussions of couples cohabitation during the COVID-19 pandemic, aims to study the conflicts and the resolution strategies that emerged during the process of cohabitation of individuals who moved together with their partner during the COVID-19 pandemic. For this purpose, a qualitative research was conducted with seven participants, all of which lived in the state of Rio de Janeiro, with ages between 25 and 32. The participants were interviewed and the results were analyzed according to the method of categorial content, where various categories of analysis emerged from the participants' statements. Considering the objective of this study, the categories discussed were *conflicts*, broken down into the subcategories *differences between partners*, *time spent together* and *overload of domestic tasks*, and conflict resolutions strategies, broken down into the subcategories *appreciation of personal differences*, *division of domestic space* and *new arrangements of household chores*. The results showed that conflicts

between partners were related to the couple's adaptation to cohabitation and the challenges related to experiencing the pandemic. Thus, the strategies adopted played a significant role in maintaining the relationship during this context.

Key-words: pandemic; COVID-19; conjugality; conflicts; cohabitation

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia do COVID-19 como uma emergência mundial (Lima et al., 2020; Cucci et al., 2021). Para além da repercussão evidente no campo da saúde, a vivência da pandemia também atravessou diretamente o campo social e subjetivo. Deste modo, a necessidade de adaptação da sociedade a um novo contexto pautado pelo isolamento social e pela constante ameaça de contágio repercutiu em áreas importantes da vida humana como as relações familiares e conjugais.

Diversas pesquisas realizadas durante esse período buscaram entender como a experiência de vivenciar a pandemia atravessou a conjugabilidade (Kerbaux et al., 2020; Ahuja & Khurana, 2021). Em uma pesquisa feita com adultos italianos, por exemplo, 61.4% dos participantes compreenderam que o seu relacionamento havia sofrido mudanças em decorrência dessa experiência (Cucci et al., 2021). Em outra pesquisa, realizada por Kerbaux et al. (2020), 35% dos entrevistados destacaram que o aumento do tempo de convivência com o parceiro foi a maior causa de conflitos no casal.

Os conflitos conjugais podem ser definidos como “uma situação de oposição entre os cônjuges que gera desentendimento ou dificuldades no relacionamento” (Wagner, 2015, p. 35). Assim, os conflitos podem ocorrer quando surge a necessidade de conciliar diferentes hábitos ou expectativas que surgem com a interação. A literatura aponta alguns dos motivos mais frequentes dos conflitos conjugais, sendo eles: aspectos pessoais dos conjugues, envolvimento com o relacionamento, tempo para ficar junto, filhos, sexo, tarefas domésticas e dinheiro (Wagner, 2015).

Além do mais, destaca-se que o tempo de convivência entre o casal surge como uma variável importante em relação aos conflitos, tendo em vista que o tempo de coabitação pode auxiliar na organização das questões relacionadas ao cotidiano. Outros aspectos mencionados por Wagner (2015) que também atravessam a

frequência e intensidade dos conflitos conjugais é o fato do casal ser oficialmente casado ou apenas morar junto, bem como o fato de um ou ambos os cônjuges trabalharem fora.

Durante a pandemia, muitos casais optaram por coabitar, decidindo compartilhar a residência com os seus parceiros amorosos ao longo desse período desafiador. Homem (2020) ressalta que a coabitação pode ter sido uma forma de fortalecer o compromisso de união frente a uma vivência ameaçadora.

Assim, muitos casais experimentaram uma nova dinâmica de convivência, onde foram confrontados com as dificuldades relacionadas ao enfrentamento da pandemia, bem como os desafios decorrentes da nova dinâmica de coabitação. Além do mais, para muitos adultos jovens o movimento de sair da casa dos pais para residir com o parceiro foi a primeira experiência vivendo longe da família de origem, o que pode ter contribuído para o surgimento de novos desafios (Rambo et. al., 2018).

Partindo dessa perspectiva, compreende-se que as transformações que ocorreram na relação conjugal durante a transição de casais não-coabitantes para coabitantes levaram a um aumento de conflito entre os parceiros. Ramos (2006) explica que na fase do enamoramento as diferenças entre os parceiros são ignoradas para que se possa formar um vínculo conjugal. Essa rejeição dos aspectos indesejados do parceiro é necessária, segundo a autora, para que a conjugalidade possa ser consolidada sem a ameaça de ruptura que as diferenças pessoais podem incitar.

Desse modo, pode-se considerar que a coabitação faz com que o casal entre em contato com esses conteúdos indesejáveis do parceiro e diferenças de personalidade que antes eram pouco valorizadas. Isso ocorre porque a convivência diária revela características dos cônjuges pouco conhecidas anteriormente (Fonseca & Duarte, 2014; Homem, 2020; Ahuja & Khurana, 2021). Portanto, observou-se a presença de um período de ajustamento do casal no início da coabitação, tendo em vista a necessidade de estabelecer uma nova dinâmica onde essas diferenças possam ser elaboradas (Fonseca & Duarte, 2014).

Em vista disso, compreende-se que a coabitação não se resume apenas à partilha do espaço residencial; ela é permeada por uma complexidade de questões emocionais e psicológicas ligadas à concepção de lar. Para Eiguier (2014), o lar tem

uma representação simbólica para o indivíduo, podendo ser considerado uma terceira pele que exerce uma função de contenção do eu. Assim, a casa diferencia o mundo interno do mundo externo, oferecendo segurança e proteção ao indivíduo.

Além disso, a casa também oferece limites internos para os membros que a habitam (Eiguer, 2014). A divisão em quartos individuais pode ser compreendida como fronteiras internas relacionadas à preservação da intimidade. Por outro lado, essas fronteiras devem ser permeáveis para que possam existir trocas que alimentem as relações intersubjetivas com os demais habitantes, a partir de uma relação dialética entre o encontro e o desencontro.

De forma semelhante, ressalta-se a importância da preservação da relação entre individualidade-conjugalidade nas dinâmicas conjugais (Féres-Carneiro, 2021). Por causa da pandemia e do isolamento social, os momentos de distanciamento entre o casal para a vivência da individualidade se tornaram, para muitos, insuficientes (Kerbaudy et al., 2020). Consequentemente, a vivência da conjugalidade também se tornou insatisfatória, a partir de uma pouca valorização dos momentos destinados ao casal. Portanto, é possível compreender que o prolongamento do período de convivência entre os cônjuges não repercutiu de forma positiva na satisfação conjugal no momento em que, por causa da coabitação, não houve separação que alimentasse o desejo de reencontro (Ahuja & Khurana, 2021).

A divisão de tarefas domésticas também foi destacada como uma questão geradora de conflitos durante esse período (Kerbaudy et al., 2020; Ahuja & Khurana, 2021). Segundo Wagner (2015, p. 47) às tarefas domésticas podem representar “a forma como o casal negocia e compartilha as atividades entre eles”, sendo fundamental que os cônjuges se sintam valorizados e não sobrecarregados com o acordo de divisão de tarefas estabelecido.

A forma como o casal irá se organizar em relação ao lar é um indicativo dos papéis e expectativas depositadas em cada membro do casal na dinâmica conjugal. Assim, os arranjos feitos pelos casais muitas vezes revelam a desigualdade de gênero que ainda permeia a sociedade atual. Durante a pandemia, foi observada uma sobrecarga de funções de cuidado destinadas às mulheres, demonstrando a

permanência de modelos culturais de papéis de gênero construídos pelo patriarcado (Barroso & Gama, 2020; Homem, 2020).

De forma semelhante, para Souza et al. (2022), muitos casais idealizam um modelo de conjugalidade igualitária, marcada por uma dinâmica de divisão equitativa de tarefas e direitos entre os parceiros. Contudo, a predominância do modelo tradicional que beneficia os homens ainda está presente no modelo que é herdado psiquicamente. Assim, para as autoras, a pandemia surgiu como uma oportunidade de flexibilizar a dinâmica de gênero tradicional nos casais, a partir da necessidade de repensar as crenças e os valores que são reproduzidos inconscientemente. Portanto, entende-se que os conflitos vivenciados na pandemia podem também ser compreendidos como uma oportunidade de reinvenção e flexibilização de acordos para o casal (Souza et al., 2022).

Semelhantemente, Wagner (2015) ressalta que a forma com que o casal irá lidar com o conflito pode ser positiva ou destrutiva. A resolução positiva ocorre quando as diferenças e discordâncias que causam os conflitos conseguem ser gerenciadas, promovendo a transformação do sistema conjugal ao instigar o crescimento, amadurecimento e reestruturação na forma de se relacionar. Portanto, a existência de conflitos conjugais durante a pandemia não implica necessariamente em uma separação, podendo também ser um momento de transformação e elaboração para o casal.

Adicionalmente, diversas pesquisas apontam que estar em um relacionamento amoroso durante a pandemia repercutiu diretamente na capacidade individual de lidar com situações adversas, tendo um impacto positivo na saúde mental, principalmente considerando níveis de estresse, ansiedade e depressão (Okabe-Miyamoto et al., 2021; Nkire et al, 2022; Cucci et al., 2021). Isso pode ser compreendido a partir da repercussão da conjugalidade na individualidade, no momento em que a dinâmica conjugal favorece a transformação do eu a partir da introjeção de características positivas do parceiro (Seixas-Magalhães, 2003).

Uma outra forma de compreender o impacto positivo do relacionamento amoroso nesse período é pelo conceito de vínculo de rede, ou seja, com a construção de “espaços de intercontinência” entre sujeitos, a partir de uma necessidade

emergente e é partilhada em uma relação de confiança mútua (Benghozi, 2007, p. 36). Principalmente na vivência de contextos de doença, as relações de apoio recíproco e empático entre as pessoas são um fator promotor de saúde, reduzindo a vivência do estresse, ansiedade e depressão (Sluzki, 1997).

Tendo em vista o impacto que a vivência da pandemia e da convivência gerada pelo isolamento social, decidiu-se investigar a forma com que os casais que optaram por morar juntos durante esse período lidaram com os conflitos. Portanto, esse trabalho, que é parte de uma pesquisa mais ampla sobre coabitação, teve como objetivo estudar os conflitos e as estratégias de resolução de conflitos que emergiram no processo de coabitação de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19.

Método

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

Participantes

Foram entrevistados sete sujeitos independentes, ou seja, que não têm relacionamentos amorosos entre si, sendo três homens e quatro mulheres. Todos os participantes estavam em um relacionamento estável de mais de um ano de duração, sem serem casados em instâncias religiosas e jurídicas e sem filhos. Além disso, os participantes tinham idade entre 25 e 32 anos e todos eram naturais do Estado do Rio de Janeiro (fluminenses). Ainda, todos viveram em coabitação a partir do período da pandemia de COVID-19 por pelo menos um ano.

Instrumentos

Cada participante respondeu uma Ficha Sociodemográfica com perguntas para obter informações pessoais (idade, gênero, escolaridade, ocupação) e do relacionamento amoroso (tempo de relacionamento, tempo de coabitação, tipo de relacionamento). Em seguida, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado, que contemplava eixos temáticos relacionados ao tema investigado.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, posteriormente, na íntegra.

Procedimentos

A coleta de dados ocorreu por meio de convite nas redes sociais. As entrevistas foram realizadas individualmente, através da plataforma Zoom, em data e horário combinados com cada participante. As entrevistas tiveram em média 40 minutos de duração e foram gravadas em áudio pela entrevistadora. Todas as informações coletadas têm caráter confidencial, mantendo-se em sigilo a identidade do participante.

Procedimentos éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 26-2023), bem como pela Plataforma Brasil (parecer número 6.149.580). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a utilização dos dados na presente pesquisa.

Resultados e discussão

As entrevistas foram transcritas e avaliadas por meio do método de análise de conteúdo na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Da análise de conteúdo emergiram várias categorias. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, serão apresentadas e discutidas as categorias *conflitos*, desdobrada nas subcategorias *diferenças entre os parceiros*, *tempo de convivência* e *sobrecarga das tarefas domésticas*, e *estratégias de resolução de conflitos*, desdobrada nas subcategorias *valorização das diferenças*, *divisão do espaço doméstico* e *novos combinados em relação às tarefas domésticas*.

Conflitos

Diferenças entre os parceiros

Um dos conflitos observados nos discursos dos entrevistados diz respeito às disparidades nos aspectos de personalidade entre eles e seus parceiros. Essas diferenças foram acentuadas com a coabitação e com o aumento de tempo de convivência, como pode ser observado em algumas falas.

“E eu tive que trabalhar bem a paciência também, tipo, na hora de sair de casa quando a gente ia viajar ele tinha que deixar a casa perfeita, passar a vassoura antes de viajar e deixar todas as janelas com a frentinha do tamanho certo para entrar ar e não entrar chuva, tirar todos os lixos... isso pra viagem de fim de semana. Ele ficava uns 20 minutos rodando na casa antes de conseguir sair pela porta. Eu já sou muito impaciente com isso, odeio atraso, tivemos atrito em relação a isso”. (P1)

“É que nós somos muito diferentes de um ponto que pra mim é muito sensível. Eu valorizo muito o meu silêncio. O silêncio de uma maneira geral eu valorizo muito a calma, a tranquilidade, a C. é uma pessoa extremamente extrovertida, barulhenta e solar e eu acho ótimo, eu acho isso lindo, foi uma das coisas que me fizeram me apaixonar por ela, mas conviver com isso às vezes é demais pra mim. Então assim, às vezes eu estou querendo aquele silêncio absoluto e a C. andando pra mim já é um barulho um pouco alto demais, sabe? Então eu acho que o mais difícil de conviver é o fato de que nós somos muito diferentes na forma como nós somos, mas não como agimos, nem como pensamos, mas como a gente funciona e aí isso gera atrito”. (P4)

Os conflitos destacados nas falas estão relacionados à diferença entre características pessoais das entrevistadas e de seus parceiros, como explicado por Wagner (2015). Destaca-se que a palavra utilizada pelas entrevistadas em ambas as falas foi “atrito”, o que ilustra uma relação de embate, uma fricção, entre opostos, similar ao que é proposto por Wagner (2015). Segundo as entrevistadas, essas discrepâncias se intensificaram com a decisão de coabitação e convivência diária, que obrigou os cônjuges a lidar com aspectos da personalidade do parceiro que antes não se manifestavam de maneira tão proeminente (Fonseca & Duarte, 2014).

Isso pode ser observado na fala de P1, quando a entrevistada destaca o fato do parceiro se atrasar ao sair de casa, o que se tornou um motivo de conflito para o casal.

Essa característica foi acentuada após a coabitação durante a pandemia, pois não havia emergido de forma tão significativa durante o namoro. Assim, observou-se que a coabitação na pandemia fez com que essa característica negativa do parceiro, do ponto de vista de P1, se tornasse mais presente na dinâmica conjugal (Homem, 2020; Ahuja & Khurana, 2021).

Da mesma maneira, P4 destaca um traço da personalidade de sua parceira que se transformou em um ponto de conflito após a coabitação durante a pandemia. Ressalta-se que para P4, essa característica da parceira era anteriormente admirada, mas com a convivência, acabou se tornando uma fonte de desentendimento entre elas.

Essa questão pode ser compreendida a partir do que foi pontuado por Ramos (2006), quando a autora explica que na fase do enamoramento as diferenças entre os parceiros são pouco valorizadas. Somente após a construção de um vínculo conjugal mais sólido que essas diferenças podem ser vivenciadas de forma a não ameaçar o vínculo. Portanto, é possível entender que a convivência diária fez com que P4 vivenciasse um processo de desilusão em relação a alguns aspectos da personalidade da parceira, onde a mesma característica que era valorizada durante o namoro, se tornou um motivo de conflito entre o casal.

Aumento do tempo de convivência

Devido a adoção do isolamento social como estratégia de prevenção da disseminação do coronavírus, as interações do cotidiano se tornaram restritas ao espaço doméstico. Como consequência, os entrevistados relataram que o aumento de convivência com o parceiro durante a pandemia acabou gerando um aumento de conflitos na relação conjugal.

“Durante a pandemia, no ano de 2020, a gente ficava só no quarto e gerava mais conflito de encher o saco um do outro (...) Ele jogava muito videogame, eu reclamava disso também, eu queria a noite ver uma série junto e ficar com ele e ele queria ficar vendo videogame e jogar com os amigos várias noites”. (P1)

“Então a minha sensação é que apesar da gente conviver um tempo

relativamente grande juntos, a gente tinha pouca qualidade de convivência. Porque a gente não necessariamente conversava sobre as coisas (...) E aí eu lembro que tipo um divisor de águas assim foi uma briga e eu falei assim ‘é eu acho que você precisa ir passar um tempo com a sua mãe mesmo. Eu preciso de espaço para pensar’. Porque o que aconteceu é que, como a gente tinha essa convivência também muito intensa, né, porque ele também estava de *home office*, então a gente ainda ficava tipo muito tempo junto ali. Eu acho, a minha sensação era muito tempo de convivência com pouquíssima qualidade de verdade. E aí e ao mesmo tempo que você não tem a qualidade da convivência mas você meio que acaba orbitando em volta daquilo sabe? Então tipo você fica nessa expectativa de ‘ah não aí vai chegar sábado e a gente vai fazer uma coisa juntas’ então eu também sentia que às vezes eu não me programava independente dele porque eu esperava que a gente ia estar junto e aí chegava em cima da hora e ele não queria fazer nada. E a gente teve essa briga e eu falei ‘ah eu acho que você tem que ficar um tempo com sua mãe’. (P5)

Em ambos os relatos, as entrevistadas descrevem os conflitos que tiveram com os parceiros devido a um tempo de convivência quantitativamente alto, mas com pouca qualidade. Essa questão corrobora com o que foi encontrado por Ahuja & Khaurana (2021), que ressalta correlação entre a quantidade de tempo de convivência durante a pandemia e a qualidade do tempo dedicado à relação conjugal é baixa.

P1 reflete que, apesar de estarem compartilhando o mesmo espaço, havia uma distribuição inadequada do tempo destinado à vivência da individualidade e da conjugalidade pelo seu parceiro. A partir da fala da entrevistada, é possível notar que em alguns momentos o parceiro investiu mais nos momentos de individualidade do que na relação conjugal. Assim, a vivência da conjugalidade para P1 revelou-se insatisfatória devido a um desequilíbrio entre a relação individualidade-conjugalidade necessárias para uma dinâmica conjugal salutar (Féres-Carneiro, 2021). Com isso, observa-se que a fala de P1 corrobora os resultados da pesquisa realizada por Ahuja & Khaurana (2021), onde muitos participantes destacaram uma experiência relacionada à falta de atenção do parceiro durante a pandemia.

De forma semelhante, P5 também menciona a questão da baixa qualidade relacionada ao tempo de convivência com o parceiro. Assim, a fala de P5 reforça o

entendimento que o aumento do tempo de convivência causado pela pandemia e pelo isolamento social se tornou um estressor para muitos casais, afetando negativamente a satisfação conjugal (Kerbaudy et al., 2020).

Além do mais, Wagner (2015) pontua que a questão do tempo que o casal dispõe para vivenciar a conjugalidade é um dos motivos mais frequentes de conflitos conjugais, que pode se intensificar quando um ou ambos os cônjuges não trabalham fora. P5 traz em seu discurso o *homeoffice* (i.e. trabalho remoto), modalidade de trabalho adotada durante a pandemia pautada no trabalho profissional a partir do ambiente doméstico, que foi realizado por ela e seu parceiro durante a pandemia. Portanto, o atravessamento do trabalho na residência foi um estressor que impactou a vivência da conjugalidade do ponto de vista da entrevistada, pois a interação entre ela e o parceiro, apesar de diária, não estava voltada para a manutenção do vínculo ou da relação amorosa.

Sobrecarga das tarefas domésticas

A partir do discurso dos entrevistados, foi possível compreender que a divisão das tarefas domésticas emergiu como um motivo de conflito para os casais. Evidenciou-se o atravessamento de questões de gênero em relação a distribuição dessas tarefas, resultando em uma sobrecarga para mulheres no momento inicial da convivência, como observado em algumas falas.

“Isso lá atrás já foi motivo de uma discussão porque lá na casa dela eu fazia pouco, não ajudava muito nas coisas, e acho que é um confronto de eu estar pela primeira vez em uma situação de morar sozinho sem meus pais, onde tinha a roupa magicamente lavada, a louça magicamente lavada, e aí virou uma situação que eu tinha que fazer as coisa e não estava fazendo, e fazendo de uma forma que agradasse a ela”. (P2)

“Claro que na execução ele ainda acaba dependendo muito de mim em muitas coisas. Aí eu acho que aí tem dois aspectos: um por eu ser mulher e ele por ser homem né, que é um aspecto; e o outro que é que eu já estava morando sozinha há muito mais tempo que ele. Então quando ele morava sozinho, a mãe dele cozinhava e mandava comida

congelada, a mãe dele lavava a roupa dele no final de semana... então toda essa dinâmica de uma gestão de casa ele não vivia. E já eu já vivia há muito mais tempo. Então aquela história né? Tipo, você sabe que ninguém vai lavar sua roupa se você não lavar. Então a gente se mudou, era tipo assim: um dia ele disse “não tenho mais cueca”. Tipo, como assim? Você tem trinta cuecas. Está há trinta dias sem lavar roupa? Tipo, não é possível, entendeu? (...) Mas tem coisas que eu ainda me sinto muito sobrecarregada, tipo estamos há dez anos para fazer a vistoria dos ar condicionados, né, a limpeza e tal. E e aí ele tinha ficado de fazer isso e não fez...poxa caramba vê aí, sabe?”. (P5)

A análise das narrativas de P2 e P5 revelou uma certa acomodação relacionada às responsabilidades domésticas pelos homens, o que acabou se tornando uma fonte de conflito para o casal. Destacou-se, portanto, a influência da diferença de gênero como um fator que atravessou a distribuição de tarefas e as expectativas relacionadas ao trabalho doméstico. Como visto anteriormente em Homem (2020), Barroso & Gama (2020) e Souza et al., (2022), muitos casais não realizaram uma divisão equânime do trabalho doméstico durante a pandemia, resultando em uma sobrecarga de tarefas para as mulheres.

P2 reflete sobre a sua postura inicial de descuido com os cuidados domésticos, repercutindo em momentos de conflito entre ele e a parceira. O entrevistado destaca que no início do período de coabitação houve uma negligência por sua parte em relação aos afazeres da casa, resultando em uma distribuição desigual das tarefas domésticas entre ele e a parceira durante a pandemia, similar ao que foi proposto por Ahuja & Khaurana (2021).

Essa questão também é evidenciada no discurso de P5, quando a entrevistada explica que muitas vezes tem que tomar a frente dessas questões relacionadas aos cuidados da casa. P5 destacou que por ter a experiência de morar sozinha mais tempo que o parceiro, essas questões são de certa forma mais acostumada com as demandas da casa. Isso corrobora com o que é trazido por Wagner (2015) em relação ao tempo como fator importante para a organização dos aspectos da vida cotidiana.

Além do mais, ressalta-se que P2 e o parceiro de P5 ainda dependiam muito das figuras parentais nos cuidados domésticos. Em sua fala, P2 reflete sobre a dificuldade de ter que assumir as responsabilidades do cuidado da casa e sobre essa

nova função estabelecida pelo sistema conjugal. De forma semelhante, P5 ressalta que o seu parceiro também contava com a ajuda de sua mãe para gerenciar a sua casa, o que ilustra essa dependência das figuras parentais relacionadas às tarefas domésticas, comumente encontrada na sociedade contemporânea (Rambo, et al., 2018).

Estratégias de resolução de conflitos

Valorização das diferenças

Apesar das diferenças pessoais terem se destacado como um motivo de conflito conjugal pelos entrevistados, todos os entrevistados pontuaram a importância das atitudes dos parceiros relacionadas à vivência da pandemia. Portanto, apesar de não ser diretamente considerada como uma estratégia de resolução de conflitos, a valorização da forma como os parceiros enfrentaram a pandemia foi destacada como um ponto fundamental nas vivências individuais.

“Pra mim é é muito bom ter a C. pra dividir essas coisas porque eu sou uma pessoa também muito neurótica com dinheiro eu acho que o meu dinheiro vai acabar eu vou morar debaixo da ponte e tudo vai dar errado na minha vida o tempo inteiro. Então toda vez que sei lá vem uma conta de luz um pouco mais alta e eu já entro em espiral e acho que assim ‘meu Deus pronto amanhã a gente não come mais arroz porque não vai ter como pagar tudo’. A C. tem muito esse momento de chegar e de me acalmar e de falar ‘as coisas não funcionam assim’. Ela é ótima de me ajudar a me organizar, assim, mentalmente. No dia a dia ela é mais bagunceira do que eu mas mentalmente ela me ajuda bastante”. (P4)

“Eu sempre fui uma pessoa muito ansiosa e querendo as coisas pra ontem né, e C. é mais um dia de cada vez. Acho que estar com ele me auxiliou muito nessa questão da ansiedade durante a pandemia de entender que: ‘cara, olha só, você precisa parar, respirar, tá todo mundo parado, respirando. A gente vai viver um dia de cada vez’. Eu acho que isso foi muito o papel dele no relacionamento e que impactou muito na minha vida, de vamos vivendo um dia de cada vez, a gente

não sabe o que que é, a gente não sabe até que ponto vai e acho que foi importante essa presença dele pra mim”. (P6)

Em ambos os discursos é possível observar que a figura do parceiro amoroso exerce uma função de acolhimento e suporte em relação ao sofrimento individual. Ressalta-se que os parceiros de P4 e P6 conseguem oferecer às entrevistadas um outro ponto de vista, contrastando com o que é trazido por elas nos momentos de sofrimento.

Por exemplo, no caso de P4, o fato da parceira ter características diferentes a ela, possibilita que ela consiga oferecer um maior apoio nos momento em que P4 necessita: *“Ela é ótima de me ajudar a me organizar, assim, mentalmente”*. Além do mais, a postura tranquilizadora da parceira de P4 durante os seus momentos de angústia pode ser compreendida a partir do conceito “vínculo de rede” (Benghozi, 2007), previamente discutido. Portanto, a sua parceira desempenha uma função de continência ao oferecer suporte a partir da adoção de uma postura calma frente ao sofrimento de P4.

De forma similar, P6 destaca que a postura calma e tranquilizadora do parceiro foi fundamental em relação à vivência da pandemia. Desse modo, por meio das diferenças individuais entre ela e o parceiro, P6 conseguiu assimilar outra forma de lidar com o seu sofrimento e com os desafios desse contexto. Isso pode ser compreendido a partir da ideia que a conjugalidade pode exercer uma função de transformação do eu, ao realizar a introjeção de determinadas características do cônjuge (Magalhães, 2003).

Desse modo, é possível notar que P6 conseguiu lidar com a sua ansiedade e com as dificuldades relacionadas à pandemia e ao isolamento social a partir da introjeção de características do parceiro, transformando a forma como ela enfrentou os desafios que emergiram durante esse momento. Assim, foi possível observar que a presença constante do parceiro desempenhou um papel crucial ao proporcionar a P6 uma nova perspectiva durante esse período desafiador, influenciando positivamente na forma como a entrevistada enfrentou a situação.

Além disso, pode-se compreender que no momento em que as entrevistadas compartilham momentos de vulnerabilidade com seus parceiros, estabeleceu-se uma relação de apoio e amparo frente ao sofrimento individual. Essa relação é crucial de

ser estabelecida durante a vivência de contextos desafiadores, reduzindo a vivência do estresse, ansiedade e depressão (Sluzki, 1997). Essa questão pode ser observada quando P6 destaca o impacto significativo do seu parceiro em sua saúde mental, tendo apontado uma melhora em relação ao sentimento de ansiedade.

A repercussão positiva do comportamento dos parceiros de P4 e P6 alinha-se com os achados de Nkire et al. (2022) e Okabe-Miyamoto et al. (2021), onde foi observado um impacto positivo do relacionamento amoroso na capacidade de lidar com situações adversas de sujeitos durante a pandemia. Portanto, a complementaridade de características opostas observadas entre as entrevistadas e os parceiros proporcionou um equilíbrio em relação às características e respostas individuais, promovendo a adoção de habilidades que fortaleceram a relação e o eu individual.

Divisão do espaço doméstico

Tendo em vista que muitos conflitos conjugais se deram por conta do tempo de convivência entre os parceiros durante o isolamento social, destacou-se a divisão do espaço doméstico como uma estratégia importante para a resolução desses conflitos.

“A gente tem dois banheiros aqui no apartamento, a gente vive em um apartamento bem confortável, dois quartos e de 70m², e dois banheiros. A gente definiu que o banheiro do corredor era meu e o da suíte dele. Aí toda a bagunça que eu queria fazer eu fazia no meu banheiro, e ele nem entrava. Hoje isso já se misturou, mas no começo era assim, meu banheiro e banheiro dele. E aí tudo de bagunça eu jogava dentro do meu banheiro. Sou mais bagunceira”. (P1)

“Uma coisa que melhora muito também nesse apartamento é que a gente tem três quartos. Então é o meu quarto, o quarto dele e o nosso quarto. O que é o quarto dele e meu quarto? São os escritórios que a gente usa também como espaço da bagunça. Tipo ah você não quer desfazer sua mala? Joga no seu quarto. Ah, tem um monte de roupa que você não quer guardar? Joga no seu quarto. Não quero saber, mas não vai ficar na sala. Não vai ficar no nosso espaço”. (P5)

Com o objetivo de lidar com os conflitos que emergiram das diferenças e características pessoais e do aumento do tempo de convivência, observou-se nos discursos de P1 e P5 que a estratégia adotada foi a divisão dos cômodos da casa em espaços individuais. Isso pode ser visto na fala de P1 quando a entrevistada explica que a divisão dos banheiros da casa fez com que ela tivesse o seu espaço de “*bagunça*” (P1). Assim, a partir da estratégia de divisão dos cômodos da casa, os casais conseguiram não só manejar os conflitos relacionados às características de cada um, como também preservar a individualidade e a privacidade dentro do ambiente doméstico, um dos maiores desafios encontrados no contexto de isolamento social (Kerbaudy et al., 2020).

Contudo, P1 destaca que essa divisão foi necessária apenas no início da convivência, não sendo mais o combinado adotado pelo casal: “*Hoje isso já se misturou, mas no começo era assim*” (P1). Essa fala corrobora com o que foi ressaltado por Fonseca & Duarte (2014) que existe um momento inicial de adaptação do casal à coabitação, onde podem ser realizados novos acordos e combinados frente aos conflitos que surgem com a convivência. Depois, esses acordos podem ser revisitados a partir das necessidades do casal, como foi visto no discurso de P1.

Além do mais, a separação do espaço doméstico em espaços individuais destaca a importância de fronteiras permeáveis dentro do lar que possam preservar a individualidade de cada integrante do casal (Eiguer, 2014). Essa questão também é evidenciada no discurso de P5, onde cada membro do casal tem o “seu quarto”, o que ilustra a existência de fronteiras que preservam a individualidade e privacidade de cada um dos parceiros.

Por outro lado, a existência de um espaço destinado ao casal, “*nosso quarto*” (P5), é uma forma de preservar a conjugalidade no momento que garante ao par conjugal um lugar de encontro. Essa questão corrobora com o que foi encontrado por Ahuja & Khaurana (2021), relacionado a importância de momentos reservados ao casal, onde possam ser compartilhados momentos de lazer, fortalecendo a conjugalidade. Dessa forma, ao considerar que um dos maiores desafios da vivência da conjugalidade na pandemia foi o contato prolongado com o parceiro, a delimitação

de espaços da casa como sendo individuais ou conjugais se apresentou como uma estratégia importante no manejo dessa vivência.

Novos combinados em relação às tarefas domésticas

Uma das formas que os entrevistados lidaram com os conflitos relacionados à divisão das tarefas domésticas foi pela criação de novos acordos e combinações em relação a essas responsabilidades. Desse modo, destacou-se a importância de uma distribuição equitativa de tarefas, sem que houvesse a sobrecarga individual em um dos parceiros, criando um ambiente de colaboração e compreensão mútua.

“Tipo ela sempre gostou de cozinhar umas comidas muito diferentes e eu sempre gostei muito de lavar a louça. Lá atrás a gente fazia muito um revezamento. E aí tipo, lavar a roupa. Eu nunca tive incômodo em lavar a roupa. Eu não gosto, mas pra ela era muito chato, então se pra mim é ok, então eu vou lavar a roupa. Acho que é muito uma questão de negociação, no sentido literal da negociação, de fazer um acordo bom para ambos e o que as pessoas estão dispostas a abrir mão do que qualquer outra coisa”. (P3)

Eu sou uma pessoa que eu tenho absolutamente desespero com coisas sujas e desorganizadas. Então eu faço faxina na casa ao menos duas vezes por semana. Eu passava o aspirador de pó todos os dias e a C. ficava maluca com isso. Ela falou ‘cara, não precisa tanta limpeza assim’. Então foram vários pontos de conversa e de ajuste da gente poder fazer uma divisão de tarefas que fosse compatível com as nossas agendas, pra ninguém ficar sobrecarregado, pra não usar só uma coisa ‘ah eu faço três você faz três’ e isso não funcionar pra gente no dia a dia (P4)

Tanto P3 quanto P4 destacam a importância de acordos e combinados relacionados à organização das tarefas domésticas, similar ao que foi proposto por Silva et al. (2020). Contudo, em ambos os discursos destaca-se que a divisão equânime das tarefas domésticas, como proposto pelo modelo de conjugalidade igualitário, não foi uma estratégia que teve êxito na convivência prática do dia a dia (Souza et al., 2022). Segundo P3 é mais importante que exista uma divisão das tarefas

relacionadas às coisas que cada um gosta e/ou não gosta de fazer, sem que exista uma obrigação de distribuição igualitária, como era no “*revezamento*” destacado por P3.

De forma similar, P4 explica sobre a importância de uma postura de colaboração em relação ao outro na distribuição das tarefas, ou seja, que o combinado elaborado pelas parceiras tenha uma certa flexibilidade ao levar em conta as demandas pessoais de cada uma. Assim, observou-se que a adoção de uma estratégia baseada na relação entre a demanda e a disponibilidade de cada um dos membros do casal foi uma forma encontrada por P4 e sua parceira estabelecerem um novo acordo relacionado às tarefas domésticas.

Essa questão corrobora com o que foi explicado por Wagner (2015) sobre a importância do sentimento de valorização de ambos os cônjuges relacionado à distribuição das tarefas e à organização doméstica. É necessário, portanto, a criação de um acordo entre o par conjugal em que cada parceiro se sinta considerado e respeitado, independente da forma como essas tarefas serão de fato distribuídas. Isso por ser observado na fala de P4 quando a entrevistada destaca a criação de uma “*divisão de tarefas que fosse compatível com as nossas agendas, pra ninguém ficar sobrecarregado*” (P4). Portanto, o que foi valorizado pela entrevistada foi o sentimento de partilhar as responsabilidades, sem haver uma sobrecarga em relação a um dos cônjuges.

Considerações finais

O presente trabalho buscou estudar os conflitos e as estratégias de resolução de conflitos que emergiram no processo de coabitação de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Observou-se que os entrevistados enfrentaram desafios relacionados à adaptação do relacionamento conjugal à coabitação, muitos dos quais se manifestam nas diferenças individuais entre os parceiros. Com o aumento da convivência causado pela coabitação e pelo isolamento social decorrente da pandemia, características negativas do parceiro se tornaram mais evidentes, repercutindo em um aumento de conflitos.

Além do mais, o aumento do tempo de convivência repercutiu também em um desafio relacionado ao equilíbrio entre individualidade e conjugalidade, fazendo com que alguns entrevistados se sentissem insatisfeitos com a qualidade do tempo destinado à manutenção da relação amorosa. A divisão das tarefas domésticas também foi um motivo de conflito relacionado à coabitação no momento em que levou a uma sobrecarga dessas responsabilidades em um dos cônjuges, sendo, na maioria dos casos, nas mulheres.

Tendo em vista esses conflitos, foi necessário compreender quais foram as principais ferramentas e soluções empregadas pelos entrevistados para lidar com esses desafios. A valorização das diferenças do parceiro promoveu uma maior compreensão acerca da importância da alteridade e singularidade do outro na dinâmica conjugal. Destacou-se o caráter transformador da conjugalidade, que foi especialmente importante em relação aos desafios da pandemia.

Além disso, a divisão do espaço doméstico em áreas destinadas à vivência da individualidade e da conjugalidade foi uma forma encontrada pelos entrevistados de preservar essas duas dimensões durante um momento de maior convivência. Já a definição de novos acordos em relação às tarefas domésticas proporcionou um ambiente de maior reconhecimento e flexibilidade, sem que houvesse o sentimento de sobrecarga em relação a um dos parceiros.

Portanto, os resultados da pesquisa mostraram que os conflitos conjugais vivenciados durante esse período estavam relacionados à dinâmica conjugal de coabitação na pandemia, que atravessaram a organização do ambiente doméstico e os cuidados com a casa. Desse modo, foi possível observar que as estratégias de resolução de conflitos adotadas pelos entrevistados foram importantes para a preservação de uma relação conjugal saudável durante a vivência nesse contexto.

Destaca-se que, para todos os entrevistados, a coabitação trouxe benefícios importantes relacionados à vivência da pandemia, como o apoio e suporte do parceiro durante esse período. Em todos os relatos, a valorização do cônjuge se sobrepôs à dificuldade relacionada aos conflitos, o que promoveu uma maior disposição dos entrevistados em buscar estratégias conciliadoras e construtivas.

Concluiu-se que a presença dos conflitos conjugais na adaptação dos cônjuges à coabitação pode exercer uma função importante para a promoção de transformações positivas para os casais. A resolução desses conflitos de forma positiva fez com que os entrevistados conseguissem repensar questões inconscientes, como as heranças ligadas aos papéis de gênero, bem como a importância do intercâmbio entre a conjugalidade e a individualidade no espaço doméstico.

Entretanto, é importante destacar que todos os sujeitos entrevistados permaneceram no mesmo relacionamento amoroso durante a pandemia, até o momento da realização das entrevistas. Desse modo, esta pesquisa foi realizada apenas por casais que encontraram estratégias para lidar com os conflitos durante esse período, o que pode ter levado a uma análise de estratégias construtivas. A partir disso, sugere-se que futuros estudos possam ser realizados entrevistando casais que romperam o relacionamento durante a pandemia, para que os conflitos possam ser compreendidos de forma mais abrangente.

Os resultados dessa pesquisa oferecem subsídios importantes para a compreensão das repercussões que crises sanitárias e catástrofes podem ter na vivência da conjugalidade. Reforça-se a concepção de que os conflitos conjugais exercem um papel fundamental na adaptação do casal frente a novas vivências e desafios. Ressalta-se, portanto, a importância da compreensão desses conflitos, evidenciada neste trabalho, para o campo da psicoterapia de casais.

4. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo compreender o impacto da coabitação na conjugalidade de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Os resultados apontaram que a experiência de coabitação e a vivência da pandemia repercutiram na conjugalidade, promovendo transformações significativas na percepção dos entrevistados sobre seus relacionamentos amorosos.

A coabitação na pandemia provocou mudanças perceptíveis nos relacionamentos, transformando-os em vínculos de maior comprometimento e estabilidade. Além do mais, os conflitos conjugais e as estratégias adotadas para resolvê-los desempenharam um papel crucial no fortalecimento dos vínculos afetivos, fazendo com que muitos sujeitos comesçassem a compreender o seu relacionamento a partir de uma nova dinâmica conjugal.

Os resultados também mostraram que alguns participantes já se consideravam como estando casados com seu parceiro ou parceira, mesmo sem a formalização da união de forma civil ou religiosa. Aqueles que se autodenominavam casados destacaram um entrelaçamento mais significativo na conjugalidade, evidenciado tanto na rotina compartilhada quanto na gestão financeira. Já os participantes que não se percebiam como casados apresentaram uma determinada dificuldade em relação à nomeação do seu arranjo conjugal, onde não se caracterizava como um casamento nem como um namoro.

Além disso, observou-se que a vivência da pandemia influenciou a decisão de coabitação, inclusive entre os participantes que estavam em estágios iniciais do relacionamento amoroso. Contudo, mesmo sendo uma mudança desejada, os participantes enfrentaram desafios na adaptação do relacionamento à coabitação, destacando diferenças individuais, o equilíbrio entre individualidade e conjugalidade e a divisão das tarefas domésticas como fonte de conflitos.

Desse modo, é importante destacar a contribuição desta pesquisa para o campo da psicologia ao fornecer novos dados em relação às repercussões da pandemia na conjugalidade, bem como em relação à conjugalidade na atualidade. É

notório que muitos casais jovens que optam pela coabitação encontram-se em um arranjo conjugal relativamente recente e ainda não amplamente reconhecido socialmente.

Este estudo também forneceu conhecimento em relação à adaptação de casais face à pandemia de COVID. A compreensão dessas questões pode lançar luz sobre as vulnerabilidades e os mecanismos adotados nas relações conjugais diante de eventos de estresse como uma pandemia. Desse modo, acredita-se que os resultados encontrados podem enriquecer as práticas clínicas e intervenções psicológicas voltadas para casais, principalmente durante períodos desafiadores.

Assim, acredita-se ser fundamental o aprofundamento dos estudos sobre os novos modelos de conjugalidade, visando a compreender as complexidades e os desafios que atravessam esses relacionamentos, tanto no âmbito social quanto no psicológico. Tendo em vista que a coabitação tem se tornado um arranjo conjugal cada vez mais frequente, inclusive desvinculada da tradicional associação ao casamento, ressalta-se a importância de mais estudos que possam trazer subsídios para uma compreensão mais aprofundada dessa dinâmica.

Por fim, durante a pesquisa foram encontrados alguns desafios, como por exemplo a dificuldade de encontrar participantes para a pesquisa que se encaixassem no perfil delimitado. Tendo em vista o tempo transcorrido entre o ápice da pandemia e a realização do atual estudo, muitas pessoas já haviam casado ou oficializado a relação em união estável. Desse modo, os critérios de inclusão para a participação foram ampliados, criando uma amostra mais heterogênea do que a idealmente proposta. Além do mais, observou-se uma resistência dos próprios entrevistados em abordarem questões relacionadas à pandemia. Isso pode estar relacionado a uma dificuldade em falar sobre um período desafiador e de sofrimento, criando um certo bloqueio relacionado a essa vivência.

A partir dessas dificuldades e limitações, acredita-se que futuras pesquisas possam considerar a inclusão de uma variedade mais ampla de perfis, como casais que já oficializaram sua união, fazendo inclusive um paralelo entre a coabitação de casais casados e não casados durante a pandemia. Ainda, destaca-se a importância do aspecto temporal, onde os objetivos e critérios de inclusão possam ser repensados

conforme a evolução do cenário pós-pandêmico. Por último, em relação à dificuldade em falar sobre a pandemia, destaca-se a importância de estratégias facilitadoras, que possam auxiliar na resistência dos participantes em compartilhar experiências desafiadoras.

5. Referências bibliográficas

- Ahuja, K. K., & Khurana, D. (2021). Locked-down love: A study of intimate relationships before and after the COVID lockdown. *Family Relations*, 70(5), 1343-1357. <https://doi.org/10.1111/fare.12582>
- Aurélio, M. D. (2008). *Dicionário da Língua Portuguesa*. (2ª Ed.). Ed. Nova Fronteira.
- Balzarini, R. N., Muise, A., Zoppolat, G., Gesselman, A. N., Lehmillier, J. J., Garcia, J. R., ... & Mark, K. P. (2022). Sexual desire in the time of COVID-19: How COVID-related stressors are associated with sexual desire in romantic relationships. *Archives of sexual behavior*, 51(8), 3823-3838. <https://doi.org/10.1177/19485506221094437>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*: Edição revista e ampliada (1ª Ed.) Edições 70 ISBN: 978-85-62938-04-7
- Barroso, H. C., & Gama, M. S. B. (2020). A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. *Revista do CEAM*, 6(1), 84-94. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>.
- Benghozi, P. (2007) O vínculo de rede. In Benghozi, P. (2012) *Malhagem, filiação e afiliação*: Psicanálise dos vínculos casal, família, grupo, instituição e campo social (1ª Ed., pp. 35-51). Vetor Editora ISBN: 978-85-7585-401-3
- Brown, S. L., Manning, W. D., & Wu, H. (2022). Relationship quality in midlife: A comparison of dating, living apart together, cohabitation, and marriage. *Journal of Marriage and Family*, 84(3), 860-878. <https://doi.org/10.1111/jomf.12813>
- Campos, S. O., Scorsolini-Comin, F., & dos Santos, M. A. (2017). Transformações da conjugalidade em casamentos de longa duração. *Psicologia Clínica*, 29(1), 69-89. ISSN: 0103-5665.
- Correa, O. R. (2002). A instituição família na tecelagem vincular. In Vínculos e Instituição - uma escuta psicanalítica. (1ª Ed. pp. 67-84). Escuta. ISBN: 978-8571372030
- Cucci, G., Olivari, M. G., & Confalonieri, E. (2021). Does covid-19 infect love?: how Italian emerging adults lived their romantic relationships during the time of lockdown, *Psychological Research Journal* 44(3), 1-18. doi: 10.3280/rip2021oa12222

- Del Priori, M. (2021). *História do amor no Brasil*. (3ª Ed.). Editora Contexto. ISBN 978-8572443043
- Duarte, J. P., & Rocha-Coutinho, M. L. (2011). " Namorado": uma forma contemporânea de conjugalidade?. *Psicologia Clínica*, 23(2), 117-135. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000200008>
- Eiguer A. (2014). As duas peles da casa. In Levisky R. B.; Gomes I. C; Fernandes M. I. A. (2014) *Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal* (1ª Ed.,pp. 19-32). Zagodoni Editora. ISBN: 9788564250895.
- Falcke, D., & Zordan, E. (2010). Amor, casamento e sexo: Opinião de adultos jovens solteiros. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 62(2), 143-155. disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229016553013.pdf>
- Féres-Carneiro, T. (2021). Conjugalidade. In Levisky R. B., Dias M. L. & Levisky, D.L. (Ed.), *Dicionário de Psicanálise de Casal e Família* (1ª Ed., pp. 95-101). Blucher. ISBN 978-65-5506-287-8.
- Fonseca, S. R. A., & Duarte, C. M. N.. (2014). Do Namoro ao Casamento: Significados, Expectativas, Conflito e Amor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(2), 135–143. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000200002>
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (1ª Ed.). Editora Unesp. ISBN 85-7139-037-1
- Homem, M. (2020). *Lupa da alma: quarentena-revelação* (1ª Ed.).Todavia - POD. ISBN 978-6556920153
- Kerbaux, R., Bartilotti, M. B., & Sneiderman, S. (2020). Reflexões sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas relações conjugais e familiares: contribuições da Psicoterapia Psicanalítica. *Passages de Paris*, (19), 86-94. Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/article/view/17/18>
- Lima, C. B. (2022). Individualidade, conjugalidade, familiaridade. In Pennacchi R., & Thorstensen S., *Psicanálise de casal e família: uma introdução* (1ª ed., pp. 227-304). Blucher. ISBN 978-6555064162.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2003). A conjugalidade na série identificatória: Experiência amorosa e recriação do eu. *Pulsional Revista Psicanalítica*, 16(176), 41-50. disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-477113>
- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. *Journal of Human Growth and Development*, 17(1), 52-63. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19814>
- Neves, A. S., Dias A. S. F., & Paravidini, J. L. L. (2013). A psicodinâmica conjugal e a contemporaneidade. *Psicologia Clínica* [online], 25(2), 73-87. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000200005>

- Nkire, N., Nwachukwu, I., Shalaby, R., Hrabok, M., Vuong, W., Gusnowski, A., ... & Agyapong, V. I. (2022). COVID-19 pandemic: influence of relationship status on stress, anxiety, and depression in Canada. *Irish journal of psychological medicine*, 39(4), 351-362. <https://doi.org/10.1017/ipm.2021.1>
- Okabe-Miyamoto, K., Folk, D., Lyubomirsky, S., & Dunn, E. W. (2021). Changes in social connection during COVID-19 social distancing: It's not (household) size that matters, it's who you're with. *Plos one*, 16(1), e0245009. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245009>
- Puget, J. (1993). *Psicanálise do casal*. (1ª Ed.) Artes Médicas.
- Rambo, M., Hentges, C. E., Löeblein, F. G., Pando, L. B., Klockner, M. I. B., & Bertoldo, L. T. M. (2018). Uma nova configuração familiar: O fenômeno "ninho cheio" e suas vicissitudes. *Perspectivas em Psicologia*, 22(1). <https://doi.org/10.14393/PPv22n1a2018-12>
- Ramos, M. (2006). *Introdução à terapia familiar*. (1ª Ed.). São Paulo: Claridade. ISBN 8588386-45-3
- Secretarias Estaduais de Saúde. (2020) COVID-19 casos e óbitos. https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html
- Silva, I. M. D., Schmidt, B., Lordello, S. R., Noal, D. D. S., Crepaldi, M. A., & Wagner, A. (2020). As relações familiares diante da COVID-19: recursos, riscos e implicações para prática da terapia de casal e família. *Pensando famílias*. (24)1. versão impressa ISSN 1679-494X
- Singly, F. D., & Peixoto, C. E. (2007). *Sociologia da família contemporânea* (1ª Ed.). Editora FGV. ISBN 978-8522506019.
- Sluski, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. (1ª Ed.). Casa do psicólogo.
- Souza, J. B. F., de Almeida, K. A. S. L., & Gomes, I. C. (2022). Os desafios da conjugalidade na pandemia de COVID-19. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(23), 95-114. : <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.23.449>
- Techio, G., De Andrade, A. L., & de Oliveira, M. Z. (2021). Conflito trabalho-família e COVID-19: estratégias, qualidade de vida e conjugalidade. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 21(4). <http://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.4.23072>
- Vitali, A., & Fraboni, R. (2022). Pooling of wealth in marriage: The role of premarital cohabitation. *European Journal of Population*, 38(4), 721-754. <https://doi.org/10.1007/s10680-022-09627-2>
- Wagner, A. (2015). *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade*. (1ª Ed.). Sinodal. ISBN 978-8581940564.

Weissmann, L. (2021). Casal. In Levisky R. B., Dias M. L. & Levisky, D.L. (Ed.), *Dicionário de Psicanálise de Casal e Família* (1ª ed., pp. 68-70). Blucher. ISBN 978-6555062878.

Anexo I

Tabela 1

Perfil dos participantes (abreviações utilizadas na tabela: P= participantes; F= feminino; M = masculino)

Participantes	Sexo	Idade (ano)	Nível mais elevado de formação	Sexo do parceiro	Idade do parceiro (anos)	Tempo de relacionamento (ano e meses)	Tempo morando junto (ano e meses)
P1	F	27	Ensino superior completo	M	26	3 anos	1 ano e 10 meses
P2	M	30	Ensino superior completo	F	27	2 anos e 4 meses	1 ano
P3	M	25	Ensino médio completo	F	26	2 anos e 6 meses	2 anos e 5 meses
P4	F	29	Ensino superior completo	F	27	3 anos	2 anos e 6 meses
P5	F	31	Ensino superior completo	M	30	2 anos e 8 meses	1 ano

P6	F	28	Ensino superior completo	M	33	3 anos	2 anos
P7	M	24	Ensino superior completo	F	27	2 anos e 10 meses	2 anos

Anexo II

Roteiro de entrevista semiestruturado

Autopercepção acerca do próprio relacionamento

Como você descreveria seu relacionamento?

Relação entre coabitação e configuração conjugal

Como foi a decisão de morar junto com o seu/sua parceiro/a para você?

Você acredita que a pandemia possa ter influenciado nessa decisão?

Como a sua família reagiu a essa decisão?

O que mudou após ir morar junto com seu/sua parceiro/a?

Desafios relacionados a coabitação

Qual o maior desafio de morar junto com o seu/sua parceiro(a)?

Conflito conjugal e pandemia

Como ficaram os conflitos depois da coabitação?

Quais recursos foram utilizados pelo casal para resolver os conflitos?

(Busca de terapia?)

Papel da conjugalidade na pandemia

Que importância você acha que a coabitação durante a pandemia teve para você?

Como teria sido passar pela pandemia sem estar coabitando?

Concepção de casamento

O que é para você estar casado?

Anexo III

Termo consentimento livre esclarecido (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome do projeto de pesquisa: Repercussões da coabitação na conjugalidade em tempos de COVID-19

Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, linha de Família e Casal - Pesquisa de Mestrado

Pesquisadora responsável: Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa

E-mail: leticiabmfcosta@gmail.com

Telefone: (21) 99955-1283

Orientadora: Terezinha Fêres-Carneiro; teferca@puc-rio.br; cel: (21) 99111-0180

Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio): Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy, 2º andar. Gávea, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22453-900. Fone: (21) 3527-1618.

Rubrica do participante:

Rubrica do pesquisador:



Prezado participante,

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada Repercussões da coabitação na conjugalidade em tempos de COVID-19, sob a responsabilidade da pesquisadora Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa, aluna de mestrado do curso de pós graduação de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), sob a orientação do/a Professor/a Terezinha Fêres-Carneiro.

A justificativa da realização desta pesquisa está relacionada à necessidade de maior estudo sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 e da coabitação na conjugalidade. Assim, essa pesquisa visa a promover maior conhecimento sobre as questões e os conflitos que emergiram nos casais que decidiram coabitar durante a pandemia, buscando contribuir para o desenvolvimento de teorias e práticas clínicas mais contextualizadas e fundamentadas para serem utilizadas nos atendimentos clínicos.

Deste modo, o objetivo da pesquisa é compreender o impacto da coabitação na conjugalidade de sujeitos que foram morar juntos durante a pandemia de COVID-19. Para isso, pretende-se entender em que medida a coabitação repercute na concepção de casamento desses sujeitos e estudar os conflitos que emergiram nesse processo de coabitação.

O período de realização da pesquisa de campo se iniciará em maio de 2023. As entrevistas serão realizadas individualmente, em data e horário combinados com cada participante. Assim, a sua participação consistirá em responder uma ficha sociodemográfica, e em seguida, participar de uma entrevista com roteiro semiestruturado. Esse processo terá cerca de uma hora de duração, e ocorrerá de forma virtual por meio da plataforma Zoom, e será gravada em áudio, formato mp3, sem a utilização da imagem do participante, e posteriormente transcrita para o formato de texto, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora o caráter confidencial. Você terá acesso a esse material somente depois que tiver o seu consentimento por meio deste documento.

Rubrica do participante:

Rubrica do pesquisador:



Todas as informações têm caráter confidencial, mantendo-se em sigilo a sua identidade. A gravação será feita utilizando a plataforma Zoom, que possui criptografia ponta-a-ponta, o que garante a segurança das informações. A gravação será arquivada em formato de mídia digital, áudio mp3, em pasta criada especificamente para esta pesquisa em um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Seu nome e de todos os indivíduos mencionados na entrevista serão substituídos por outros, fictícios. O material transcrito ficará armazenado em local seguro e sigiloso por um prazo mínimo de cinco anos e, após esse período, será destruído. Todos os dados serão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora.

Para participar da pesquisa você precisa estar atualmente em um relacionamento heterossexual estável de mais de dois anos de duração, sem ser casados em instâncias religiosas e jurídicas com seus/suas parceiros/as e viver em coabitação (i.e. junto com seu parceiro na mesma casa) a partir do período da pandemia de COVID-19, ou seja, nos anos de 2020 a 2021. Você também precisa ter no mínimo 25 anos e no máximo 45 anos, não pode ter filhos e ser natural do Estado do Rio de Janeiro (fluminense).

O processo de seleção dos participantes se desenvolverá via internet por meio de convite nas redes sociais feito pela pesquisadora. O convite é composto por um texto, de linguagem simples e acessível, onde inicialmente é apresentado o tema da pesquisa e o fato de ser uma pesquisa de mestrado. Em seguida, são apresentados os critérios de inclusão apontados no parágrafo acima e um convite em forma de pergunta convidando as pessoas que se identificaram com os critérios para participar da pesquisa. No texto também consta que a participação é voluntária e que o participante poderá, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, retirar o seu consentimento.

Rubrica do participante:
Rubrica do pesquisador:



Os procedimentos utilizados nesta pesquisa podem oferecer riscos à sua saúde e dignidade. Caso você se sinta prejudicado de alguma maneira ou haja algum desconforto psicológico durante a participação na pesquisa a pesquisadora se disponibilizará para prestar esclarecimentos e, caso você sinta necessidade, poderá encaminhá-lo(a) para atendimento psicológico gratuito. Além disso, é importante destacar que existem riscos e limitações relacionados ao ambiente virtual e aos meios eletrônicos que serão utilizados nesta pesquisa.

O sigilo e a privacidade dos dados – nome, voz, imagem e qualquer outra informação que possa vir a te identificar – será garantido durante todas as fases da pesquisa.

Ao participar desta pesquisa, você estará contribuindo para o incremento do conhecimento científico sobre estudos da conjugalidade na contemporaneidade, mais especificamente sobre os impactos da pandemia do COVID-19 e da coabitação nas relações amorosas de longa duração. Você não terá qualquer tipo de custo ou vantagem financeira ao participar dessa pesquisa.

Entretanto, a participação neste estudo pode ser uma oportunidade para que você reflita sobre este assunto e sobre questões pessoais e do seu relacionamento amoroso. Além disso, você receberá um retorno por e-mail com análise de suas entrevistas, além de artigos e da dissertação de mestrado nas quais suas entrevistas foram analisadas, se assim o desejar.

Todos os participantes terão direito a encaminhamento para atendimento psicológico gratuito caso se sintam mobilizados ou prejudicados com a pesquisa.

Durante a entrevista, caso não compreenda a formulação de alguma pergunta, o pesquisador poderá colocá-la de outro modo, atendendo às suas questões

A sua participação é voluntária e você tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você.

Caso você se recuse a participar ou decida interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, você não sofrerá qualquer penalização ou constrangimento pela decisão tomada.

Rubrica do participante:

Rubrica do pesquisador:



Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo e-mail leticiabmfcosta@gmail.com ou por telefone (21)99955-1283. Ainda, você poderá entrar em contato com a Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq PUC-Rio), no endereço Rua Marquês de São Vicente, N° 225, Edifício Kennedy, 2º andar, Gávea- 22453-900. Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 3527-1618, identificando-o como órgão responsável para dirimir dúvidas relacionadas à ética na pesquisa.

Por fim, informo a você que a pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Preenchendo seus dados nos espaços abaixo e assinado em duas vias (uma para você, outra para a pesquisadora), você está autorizando a utilização das informações prestadas, em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada sua identidade e a de todos os indivíduos mencionados na pesquisa.

Você poderá salvar um arquivo em seu dispositivo eletrônico com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Consentimento:

Eu, _____, de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de sigilo e confidencialidade, dos riscos e suas formas de contorno, da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre eles. Fui informado/a de que se trata de uma pesquisa vinculada ao Programa de _____ da PUC-Rio.

Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem, meu nome e voz não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito.

Rubrica do participante:
Rubrica do pesquisador:



Este Termo foi impresso e/ou enviado em duas vias, das quais uma me foi concedida e ficará em minha posse e a outra será arquivada pelo/a pesquisador/a responsável. O/A pesquisador/a deve garantir que o participante da pesquisa receberá uma via digital ou impressa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinada e rubricada pelo pesquisador.

Data: _____, _____ de _____
de _____.

_____ Assinatura do Participante

_____ Assinatura do/a Pesquisador/a